

c) Realizar visitas às escolas com o objetivo de acompanhar o Estágio Supervisionado, quando esse estiver sendo desenvolvido em consonância com o TCC;

d) Designar substitutos dos professores-orientadores, quando do impedimento destes;

e) Definir, juntamente com a Coordenação de Curso, datas limites para entrega de projetos, relatórios e marcar a data de defesa dos Projetos de Graduação e divulgá-las;

f) Efetuar o lançamento das notas finais do TCC no Controle Acadêmico.

- Atribuições do professor-orientador

a) Orientar o aluno na elaboração do TCC, a partir do projeto apresentado pelo aluno e aceito pelo orientador;

b) Acompanhar o desenvolvimento do projeto;

c) Participar e compor a banca examinadora de avaliação da proposta e da defesa do TCC;

d) Participar de reuniões sobre os TCC com a Coordenação de Curso e/ou com o Professor Responsável pelo TCC.

- Atribuições do aluno

a) Efetuar o pedido de matrícula na disciplina referente ao TCC no Sistema de Controle Acadêmico, atendendo os prazos fixados nos Editais de Matrícula;

b) Elaborar projeto de proposta de TCC e apresentar a um professor de sua preferência para ser seu orientador;

c) Respeitar as normas técnicas de elaboração de trabalhos, monografias e artigos científicos;

d) Conduzir e executar o TCC;

e) Redigir e defender o trabalho final;

f) Entregar duas cópias padronizadas e uma versão eletrônica corrigida do trabalho final;

g) Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação de Curso.

A defesa do TCC, de caráter obrigatório, será aberta ao público, agendada pela Coordenação de Curso de acordo com disponibilidade dos envolvidos. A banca de avaliação deverá ser composta, no mínimo, por três docentes, sendo um obrigatoriamente o professor orientador do trabalho, e o(s) outro(s) a convite do orientador, em acordo com o aluno. O TCC deve ser apresentado ao final da disciplina do semestre letivo. A não apresentação ou reprovação da defesa do TCC implicará na impossibilidade de conclusão do curso.

Para participar da defesa do TCC, o aluno deverá inscrever-se junto à referida Coordenação, que terá um prazo de 15 dias para marcar a defesa do TCC, excetuando-se os períodos de férias docentes. No ato da inscrição para a defesa do TCC, o aluno deverá entregar, pelo menos, 03 (três) cópias do trabalho final (sob a forma de monografia ou artigo), conforme estrutura definida na proposta de TCC aprovada na disciplina Seminário de Conclusão de Curso. Quando da elaboração do trabalho final devem ser seguidas as recomendações especificadas nas normas vigentes da ABNT.

O resultado da(s) avaliação(ões) da(s) defesa(s) será divulgado, pelo orientador, logo após a apresentação, sendo emitido, em seguida, um documento de aprovação do TCC. As defesas de TCC serão avaliadas com base nos seguintes critérios:

- a) Delimitação do tema;
- b) Definição do problema;
- c) Justificativa;
- d) Objetivos;
- e) Metodologia;
- f) Valor acadêmico, inovações apresentadas, aprofundamento científico ou utilidade prática do projeto.

Os Alunos reprovados na defesa deverão cursar novamente a disciplina TCC. O trabalho que contemplar mais de um aluno deverá ser defendido individualmente, obedecendo à competência de cada um no projeto, conforme apresentado para apreciação, na avaliação de propostas de TCC pelo orientador.

O aluno aprovado após 30 (trinta) dias da defesa do TCC deverá entregar 02 (duas) cópias corrigidas e encadernadas no modelo padrão ao coordenador do Curso, juntamente com a versão eletrônica do trabalho, sendo uma para a Coordenação do Curso e outra para a biblioteca do IFPB – Campus Sousa.

3.3 ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

Durante o decorrer do curso, deverá ser desenvolvido no mínimo uma carga horária de 200 horas em atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas, conforme Resolução nº 2/2015 CNE/CP. Estas atividades devem estar relacionadas a iniciação científica, iniciação à docência, a extensão, monitoria e demais atividades acadêmicas, as quais compõem o Núcleo de Estudos Integradores.

No curso de Licenciatura em Educação física as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento compreendem a participação do aluno nos Projetos Integradores, os quais serão ofertados em carácter opcional, e nas Atividades Complementares, tais quais: Monitoria; Experiência Profissional na área do Curso (específico para alunos do PARFOR); Estágio Extracurricular; Iniciação Científica; Programas/projetos de Extensão; Projetos de Iniciação à Docência; Representação Estudantil; Organização de Eventos; Comissões, Colegiados, Núcleos e Conselhos Institucionais; Eventos Científicos; Apresentação/publicação de Trabalhos Científicos; Cursos e Minicursos; Cursos de Língua Estrangeira; Visitas Técnicas; Intercâmbio e Grupos de Pesquisa e Estudos.

Os Projetos Integradores serão atividades acadêmicas desenvolvidas ao final de cada ano letivo, orientadas pelos docentes que ministram disciplinas do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação, e que serão organizados e executados pelos próprios discentes. Estes projetos terão temáticas específicas a cada bloco de componentes curriculares que compõem o ano letivo e deverão ser ofertados a comunidade externa, por meio de ações que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

As temáticas abordadas serão as seguintes: Educação e Ludicidade; Promoção da Saúde na Escola; Esporte e Linguagem Corporal e Educação Física e Promoção

Social, distribuídos sequencialmente no 2º, 4º, 6º e 8º períodos letivos, respectivamente.

Cada Projeto Integrador equivalerá a uma carga-horária de 20 horas, a qual será certificado pelo Coordenação do Curso e computado nas Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento. O aluno interessado deverá solicitar matrícula no Projeto Integrador relativo ao ano letivo em curso e participar das atividades de planejamento, execução e avaliação das ações desenvolvidas.

O quadro a seguir especifica as atividades, carga horária máxima semestral e carga horária máximo em todo o período do curso por atividade complementar que poderão ser elencadas pelos alunos, distribuídas conforme o Art. 10, da Resolução 03E/2009 CS/IFPB.

Quadro 05: Atividades Complementares

ATIVIDADES	TA	MPS	MPC
Monitoria em disciplina ofertada	-	60	120
Experiência Profissional na área do curso	-	20	80
Estágios Extracurriculares e Não-Obrigatórios	-	10	60
Iniciação Científica submetida a editais institucionais	-	60	120
Atividades de Extensão submetidas a editais institucionais	-	60	120
Atividades de Extensão Voluntárias	-	60	80
Programas Institucionais de Iniciação à Docência	-	60	120
Representação Estudantil e Empresas Juniores	-	10	80
Organização de Atividades Científicas, Culturais e Esportivos	-	-	60
Organização de Eventos Científicos	15	15	80
Participação em Eventos Científicos			
Evento Internacional	12		
Evento Nacional	8	SL	120
CONNEPI	6		
Evento Regional	4		
Evento Local	3		
Apresentação/Publicação de Trabalhos em Eventos Científicos			
Evento Internacional	12		
Evento Nacional	8	SL	SL
CONNEPI	6		
Evento Regional	4		
Evento Local	3		
Comissões, Colegiados, Conselhos e Núcleos Institucionais	-	10	40
Publicação em Periódicos			
Qualis A1 e A2	100		
Qualis B1, B2 e B3	60	SL	160
Qualis B4 e B5	40		
Qualis C ou sem Qualis	20		
Cursos e minicursos de Capacitação			
Carga Horária ≤ 10 horas	3		
Carga Horária entre 11 e 30 horas	6	SL	80
Carga Horária entre 31 e 60 horas	12		
Carga Horária entre 61 e 120 horas	24		
Curso de Língua Estrangeira	10	20	80
Visitas Técnicas	5	15	30
Grupos de Pesquisa e Estudo	-	10	80
TA = Total por atividades MPS = Máximo por semestre MPC = Máximo por todo o curso			

De acordo com a Resolução nº 30E/2009 CS/IFPB, que institui as atividades complementares para compor o currículo dos cursos de graduação, o discente do curso deverá solicitar, por meio de requerimento à Coordenação do Curso, a validação das atividades desenvolvidas com os respectivos documentos comprobatórios. Os documentos apresentados só poderão ser contabilizados uma única vez, ainda que possam ser contemplados em mais de um critério.

A cada período letivo, o Coordenador do Curso determinará os períodos de entrega das solicitações das atividades desenvolvidas pelo discente e de divulgação dos resultados. O Coordenador do Curso encaminhará os processos aos membros do Colegiado de Curso para análise e apresentação de parecer que serão analisados na Plenária do Colegiado. Após a aprovação, o Coordenador do Curso fará o devido registro relativo a cada aluno no Sistema Acadêmico.

O cumprimento da carga horária mínima de 200 horas em Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento é requisito obrigatório para conclusão do curso e consequente diplomação. As demais ações referentes à normatização, contabilização e registro das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, não elencadas neste Projeto Pedagógico de Curso, seguirão as orientações constantes na Resolução nº 2/2015 CNE/CP.

3.4 ARTICULAÇÃO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO ✓

A Pesquisa, eixo que constitui a tríade indissociável com o Ensino e a Extensão, é concebida como fonte de desenvolvimento social, científico e tecnológico, cujas conquistas devem ser estendidas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral. As ações institucionais dirigidas para o desenvolvimento da pesquisa são incentivadas, planejadas, supervisionadas e avaliadas pela Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG) do IFPB objetivando:

- Desenvolver projetos de pesquisas aplicadas junto aos setores produtivos e à sociedade em geral;

- Criar e fomentar núcleos de produção tecnológica para prestação de serviços e consultorias aos setores produtivos, organizações governamentais e não-governamentais;

- Elaborar projetos com objetivo de captação de recursos para fomento da pesquisa aplicada e produção tecnológica;

- Promover articulação entre a pesquisa aplicada, desenvolvida no âmbito institucional e interinstitucional, com o ensino de nível tecnológico;

- Promover eventos científicos e de incentivo à pesquisa tecnológica;

- Promover a articulação entre instituições nacionais e internacionais, objetivando a realização de convênios e parcerias, visando à pesquisa tecnológica;

- Desenvolver ações voltadas para valorização da propriedade intelectual e registro de patentes;

- Dar suporte e apoio aos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e outras entidades de fomento à pesquisa;

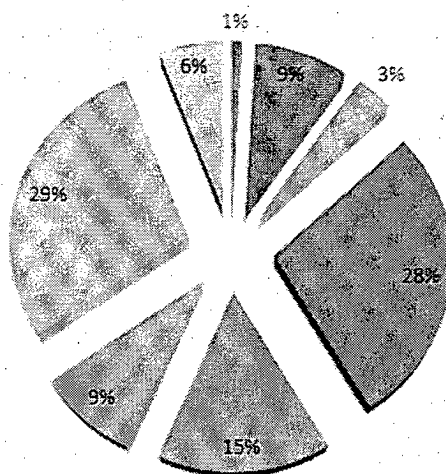
- Desenvolver programas junto aos órgãos fomentadores de pesquisa científica e tecnológica, propiciando o aproveitamento de alunos bolsistas, nos diversos níveis de ensino do IFPB.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba dispõe 174 grupos de pesquisa, registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, envolvendo grande parte de seu corpo docente, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e corpo técnico especializado.

Figura 02: Grupos de Pesquisa IFPB

Percentual por área dos Grupos de Pesquisa CNPq

- Ciências da Saúde
- Ciências Agrárias
- Ciências Biológicas
- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Humanas
- Ciências Sociais Aplicadas
- Engenharias
- Linguística, Letras e artes



Fonte: Grupos de pesquisa IFPB

O curso de Licenciatura em Educação Física conta com os grupos de pesquisa GPeafsPB (Grupo de Pesquisa em Educação, Atividade Física e Saúde) e o GPAFIS (Grupo de Pesquisa em Atividade Física, Saúde e Desempenho).

O Comitê Institucional é responsável pelo acompanhamento dos processos de seleção e avaliação dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do IFPB junto ao Instituto e ao CNPq, todos os membros deste comitê fazem parte do quadro permanente de pessoal deste instituto. Os comitês são responsáveis perante a Instituição e o CNPq pelo gerenciamento dos Programas institucionais fazendo cumprir a Resolução Normativa do CNPq Nº 17/2006 e os dispositivos legais vigentes.

Para a efetivação das políticas e ações de Pesquisa, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação conta com a Diretoria de Pesquisa, órgão responsável pela gestão sistêmica, e as Coordenações de Pesquisa de cada Campus, que, além de atuarem localmente na gestão, constituem, juntamente com a Pró-

Reitora, Diretor de Pós-graduação e Coordenadores de pesquisa, a Câmara de Pesquisa – órgão colegiado de caráter propositivo e consultivo.

Neste sentido, o IFPB possui alguns programas institucionais com a missão de fomentar, apoiar e acompanhar as ações que objetivem a pesquisa nos diversos campos da ciência e tecnologia em que o IFPB atua, bem como promover ações que priorizem programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, contribuindo como desenvolvimento acadêmico do País.

A Pesquisa, concebida como elemento estratégico para contribuir com o desenvolvimento da instituição, conjuntamente com o Ensino e a Extensão, é sistematizada por meio de programas que congregam projetos de diversas áreas do conhecimento promovidos pela própria instituição e por agências de fomento dentre os quais:

TIPO	Oportunidade de Pesquisa
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba (IFPB)	<ul style="list-style-type: none"> • PIBICT e PIVICT • Bolsa Pesquisador • Programa de Apoio ao Fortalecimento dos Grupos de Pesquisa do IFPB • Programa Institucional de apoio à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação - Campi em implantação • PIBICT Júnior • PIVICT Júnior • Programa de Fomento de Extensão e Pesquisas em Astronomia, Música e Artes do IFPB • Programa Gestão Sustentável do IFPB • Programa Despertando Vocações para as Licenciaturas do IFPB
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	<ul style="list-style-type: none"> • PIBIC-EM/CNPq • PIVIC-EM/CNPq/IFPB • PIBIC/CNPq • PIVIC/IFPB • PIBITI/CNPq • PIVITI/IFPB

A extensão no âmbito dos institutos federais é entendida como prática acadêmica que interliga as atividades de ensino e de pesquisa com as demandas dos diversos segmentos da sociedade, estabelecendo uma relação dialógica entre os saberes acadêmicos e os saberes populares. Desta forma, a extensão compreende um espaço através do qual os institutos federais efetivam o seu compromisso social,

produzindo e difundindo conhecimento na busca pela superação das desigualdades sociais.

Com o objetivo de subsidiar os projetos de extensão o IFPB possui o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PROBEXT) que é um instrumento que abrange Programas de Extensão, com ênfase na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. A Extensão apresenta um grande leque de atuação, que favorece o estabelecimento de princípios e diretrizes que subsidiarão o desenvolvimento das ações do Instituto Federal da Paraíba.

Entendida como prática acadêmica que interliga as atividades de Ensino e de Pesquisa com as demandas dos diversos segmentos da sociedade, o Instituto Federal da Paraíba consolida, através da Extensão, a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como um espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

A Extensão ora intensifica sua relação com o Ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, onde professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, propiciando a socialização e a aplicação do saber acadêmico. Ora a Extensão intensifica sua relação com a pesquisa, utilizando-se de metodologias específicas, compartilhando conhecimentos produzidos pela Instituição, e, assim, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Dentro dessa perspectiva, várias ações de pesquisa e extensão, articuladas com o ensino, vêm sendo desenvolvidas no curso, as quais possuem grande relevância para formação do futuro professor. As principais ações estão direcionadas a criação de projetos e programas sociais e comunitários, ao intercâmbio e divulgação de ações, à promoção de atividades de formação e qualificação profissional e à investigação científica.

As ações supracitadas têm o objetivo de aprofundar e atualizar conhecimentos nas áreas da Educação, Atividade Física e Saúde, além de proporcionar parcerias

com órgãos governamentais e a iniciativa privada, visando fomentar desenvolvimento docente.

3.5 CERTIFICADOS E DIPLOMAS ✓

A emissão dos certificados e diplomas para os egressos do Curso Superior de Licenciatura em Educação Física, seguirão as determinações constantes nos Artigos 24 e 25 da Resolução nº 31/2016

Art. 24 A colação de grau dos cursos superiores seguirá regras próprias constantes do regulamento específico aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 25 Aos concluintes dos cursos superiores de tecnologia, de licenciatura e de bacharelado que cumprirem todos os requisitos da matriz curricular, incluindo o Estágio Supervisionado e/ou TCC e Atividades Complementares, dentro do prazo legal estabelecido, será conferido, respectivamente, Diploma de Tecnólogo, de Licenciado e de Bacharel.

Contempla também o Art. 48 da LDB nº 9.394/96 "Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular. E o § 3º do art. 2º da Lei nº. 11.892/2008.

4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO ✓

4.1 SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO ✓

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso deverá favorecer ao aperfeiçoamento da qualidade da Educação Superior e a consolidação de práticas pedagógicas que venham a reafirmar a identidade acadêmica e institucional, particularmente, o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES - Lei 10861 de 14 de abril de 2004) propõe a integração da Auto Avaliação Institucional e a Avaliação do Projeto do Curso com vistas à formação de profissionais-cidadãos, responsáveis e com capacidade para atuar em função das transformações sociais.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e prevista no art. 290 do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), rege-se pelo presente Regulamento e pela legislação e normas vigentes para o Sistema Federal de Ensino. A Comissão Própria de Avaliação integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso é organizada de acordo com os princípios estabelecidos e as categorias indicadas no documento Instrumento de avaliação de cursos de graduação – presencial e a distância - DAES/INEP/SINAES (2015). De acordo com esse contexto propõem-se três categorias de análise que subsidiarão a avaliação do projeto do curso:

- a. A organização didático-pedagógica proposta e implementada pela Instituição bem como os resultados e efeitos produzidos junto aos alunos;
- b. O perfil do corpo docente, corpo discente e corpo técnico, e a gestão acadêmica e administrativa praticada pela Instituição, tendo em vista os princípios definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- c. As instalações físicas que comportam as ações pedagógicas previstas nos Projetos de Curso e sua coerência com propostas elencadas no PDI e PPI.

Essa avaliação deverá ser realizada semestralmente como forma de realimentação do currículo com vistas a seu aperfeiçoamento. O órgão acadêmico responsável pelo acompanhamento, avaliação e atualização periódica do PPC será o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Educação Física em consonância com o Colegiado do Curso e a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

No IFPB, as atribuições e composição do NDE são regidas por normativa específica, instituída pela Resolução CONSUPER/IFPB nº 143/2015.

4.2 AVALIAÇÕES OFICIAIS DO CURSO ✓

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), sua missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro. O objetivo é subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

A avaliação do INEP é a mais importante no âmbito nacional e o reconhecimento do curso junto ao Ministério da Educação (MEC) depende desta avaliação. Os instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade e os processos de avaliação de cursos desenvolvidos pelo INEP são o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e as avaliações *in loco* realizadas pelas comissões de especialistas.

No âmbito do SINAES e da regulação dos cursos de graduação no País, prevê-se que os cursos sejam avaliados periodicamente. Assim, os cursos de educação superior passam por três tipos de avaliação: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento.

Para autorização: Essa avaliação é feita quando uma instituição pede autorização ao MEC para abrir um curso. Ela é feita por dois avaliadores, sorteados entre os cadastrados no Banco Nacional de Avaliadores (BASis). Os avaliadores seguem parâmetros de um documento próprio que orienta as visitas, os instrumentos para avaliação *in loco*. São avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação

ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas.

Para reconhecimento: Quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso, a instituição deve solicitar seu reconhecimento. É feita, então, uma segunda avaliação para verificar se foi cumprido o projeto apresentado para autorização. Essa avaliação também é feita segundo instrumento próprio, por comissão de dois avaliadores do BASIS, por dois dias. São avaliados a organização didático-pedagógica, o corpo docente, discente, técnico-administrativo e as instalações físicas.

Para renovação de reconhecimento: Essa avaliação é feita de acordo com o Ciclo do SINAES, ou seja, a cada três anos. É calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e aqueles cursos que tiverem conceito preliminar 1 ou 2 serão avaliados *in loco* por dois avaliadores ao longo de dois dias. Os cursos que não fazem ENADE, obrigatoriamente terão visita *in loco* para este ato autorizado.

4.3 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE) ✓

Instituídos em 14 de abril de 2004, a partir do projeto de lei 10.861, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) avalia o desempenho dos estudantes de cursos de graduação mediante aplicação de prova. O referido exame afere o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Trata-se de um exame aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

Além disso, é tido como componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou,

quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

Ao dirigente da Instituição de Ensino Superior cabe a responsabilidade de inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

A avaliação é expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

5 ATENDIMENTO AO DISCENTE ✓

5.1 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO ✓

O IFPB, enquanto instituição centenária mantém-se na linha de discussão para melhoria do Ensino Médio, discutindo a relação entre conteúdos exigidos no ingresso na Educação Superior e habilidades fundamentais para o desempenho acadêmico e para a formação humana. Vale destacar que o IFPB já adotou, parcialmente, o resultado do ENEM em seu Processo Seletivo 2009. E desde 2010, o exame já é adotado como critério único de acesso aos cursos superiores.

As vantagens do ENEM revelam:

- Possibilidade de reestruturação e aperfeiçoamento do ensino médio;
- Ampliação do acesso ao ensino superior;
- Utilização de seus resultados como referência para a melhoria na educação básica;
- Mobilidade do estudante para concorrer em várias instituições;
- Atendimento às diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio;
- Provas contextualizadas que colocam o estudante diante de situações-problema que exigem além dos conceitos aprendidos, que o estudante demonstre sua aplicação.

A Resolução Nº 03A/2009/CONSUPER regulamenta o processo de matrícula de discentes nos cursos de graduação do IFPB nas diferentes modalidades e em específico para o Processo Seletivo Unificado, destinado aos concluintes do Ensino Médio.

A Resolução Nº 03C/2009/CONSUPER disciplina o processo seletivo especial para as seguintes formas de acesso:

- **Reingresso:** destinados a discentes que perderam o vínculo com o IFPB e que desejam retomar sua matrícula no curso;
- **Transferência Escolar Voluntária:** para discentes oriundos de cursos superiores de outras instituições de Ensino Superior para o prosseguimento de estudos no IFPB;

- **Ingresso de Graduados:** para portadores de diplomas de cursos de graduação, devidamente reconhecidos, que se interessam em realizar outro curso de graduação no IFPB;

- **Reopção de Curso ou Transferência Interna:** para discentes regularmente matriculados nos cursos superiores do IFPB e que desejam mudar de curso.

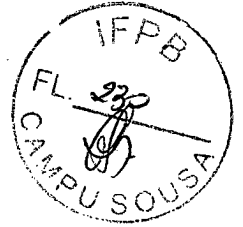
A admissão para cada uma das modalidades, para o mesmo curso ou cursos afins, dar-se-á através de Processo Seletivo, realizado semestralmente, destinado à classificação de candidatos, até o limite de vagas oferecidas, para ingresso no período letivo seguinte ao da seleção, conforme as normas definidas nas referidas Resoluções do CONSUPER, específico para cada modalidade de ingresso e reingresso.

Desde o ano de 2013 o IFPB faz a admissão de alunos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR/Presencial e o processo de seleção para acesso dos alunos aos cursos de licenciatura se dá através da Plataforma Freire, de acordo com as normas contidas no Manual Operativo do programa (CAPES, 2014).

5.2 O USO DO NOME SOCIAL ✓

A Resolução IFPB/CS nº 87, de 18 de Maio de 2012, que dispõe sobre a utilização do Nome Social de Travestis e Transsexuais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) preconiza que:

- o reconhecimento do nome social de travestis e transexuais favorece o processo de inclusão desta população nos espaços educativos, impedindo a evasão destes ao serem chamados por seus nomes civis que se diferem de sua orientação sexual e de sua identidade de gênero;
- que se define identidade de gênero como a experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal de corpo e ou suas expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos;



5.3 DESLIGAMENTO DO DISCENTE ✓

A Resolução nº 03D/2009/CONSUPER dispõe sobre o processo de desligamento de discentes nos cursos de graduação do IFPB apresenta as seguintes formas:

Art. 1º - O discente regularmente matriculado nos cursos de graduação do IFPB pode ter interrompido seu vínculo com o curso e, conseqüentemente com a instituição, quando o mesmo se encontrar nas seguintes situações:

- a) cancelamento de matrícula;
- b) cancelamento voluntário de matrícula;
- c) jubramento.

Art. 2º - O cancelamento de matrícula ocorrerá nos seguintes casos:

I. O discente com reprovação total em até 02 (dois) períodos letivos consecutivos perde o direito à vaga, ficando impedido de renovar a matrícula, entrando em processo de cancelamento da mesma.

II. O discente com 4 (quatro) reprovações na mesma disciplina e com coeficiente de rendimento escolar inferior a 4,0 (quatro).

III. O discente enquadrado na situação de abandono de matrícula.

Art. 3º – Considera-se abandono de matrícula quando o discente não efetuar o pedido de matrícula on-line em disciplina no prazo previsto no Calendário Acadêmico, por qualquer que seja o motivo, e não solicitá-la processualmente ou não requerer trancamento ou interrupção de estudos.

§ 1º - Excetuam-se os estudantes que estão com seu vínculo suspenso por interrupção de estudos;

§ 2º - Cabe à Coordenação do Curso informar ao Departamento de Ensino Superior do Campus em que o mesmo está vinculado, no prazo de 20 (vinte) dias após o início do período letivo, a relação de estudantes que se enquadram na situação de abandono;

§ 3º - O Departamento de Ensino Superior, em conjunto com a Diretoria do Campus publicará um Edital constando a relação nominal dos discentes que terão sua

matrícula cancelada por abandono, fixando um prazo para que os mesmos apresentem sua defesa;

§ 4º - O discente também será comunicado por correspondência que está incluso no processo de cancelamento de matrícula por abandono. A correspondência será enviada ao endereço constante no seu cadastro do Sistema Acadêmico, cuja atualização é de responsabilidade de cada estudante;

§ 5º - Para sua defesa, o discente deve protocolar no período previsto no Edital, toda documentação que comprove as causas alegadas para a não solicitação da matrícula, bem como a proposta para continuidade do curso, com disciplinas e horários em cada semestre, caso seja concedida a prorrogação do prazo.

§ 6º - O julgamento do pedido de reconsideração, caso ocorra, será de responsabilidade do Colegiado do Curso em que o mesmo está vinculado, em reunião convocada especialmente para este fim;

§ 7º - A deliberação do Colegiado do Curso, em ficha individual, assinada pelos membros do Colegiado, será enviada ao Departamento de Ensino Superior para processamento e comunicação ao discente:

§ 8º - Cabe recurso das decisões do Colegiado a Câmara de Ensino do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPB – CEPE;

§ 9º - Caso o discente tenha sua justificativa aceita, o mesmo ficará o restante do semestre na condição de interrupção de estudos, devendo se matricular em disciplinas apenas no semestre seguinte, onde o mesmo não terá mais direito a recorrer em caso de não solicitação de matrícula;

§ 10 - O Departamento de Ensino Superior informará a Coordenação de Controle Acadêmico – CCA sobre a situação do discente e esta ficará responsável pelo processamento final do processo.

Art. 4º - O cancelamento voluntário de matrícula ocorre em qualquer período, por vontade do discente, manifestada por meio de um requerimento dirigido à CCA.

Parágrafo Único: A CCA efetuará o cancelamento da matrícula, emitindo um histórico escolar atualizado, que será entregue ao mesmo, e informará a Coordenação do respectivo Curso sobre o cancelamento voluntário da matrícula.

Art. 5º - Jubilamento é o desligamento do IFPB de discentes que ultrapassarem o prazo máximo de tempo para a conclusão de seus cursos, contados a partir da 1ª matrícula.

Art. 6º - Quanto ao jubilamento, são identificadas duas situações:

- I. Discentes em risco de jubilamento;
- II. Discentes em processo de jubilamento.

Art. 7º - Considera-se em risco de jubilamento o discente a quem resta, apenas, um período letivo para completar o prazo limite para integralização do curso.

§ 1º - Para efeito de contagem de tempo de integralização, considera-se o período decorrido desde a matrícula inicial do discente na instituição, excetuando-se o período de trancamento;

§ 2º - Para os alunos que fizeram reopção de curso, conta-se o período a partir da matrícula inicial, mesmo que o aluno passe a ser vinculado à outra turma em semestre distinto;

§ 3º - No ato da matrícula do último período referente ao tempo máximo de integralização do curso, o discente será informado do risco de jubilamento, assinando um termo de conhecimento referente à sua situação e sendo informado que terá sua matrícula bloqueada no período seguinte.

Art. 8º - Considera-se em processo de jubilamento o discente que não concluiu o curso no prazo máximo previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 1º - Para efeito de contagem de tempo de integralização, considera-se o tempo decorrido desde a matrícula inicial do aluno na instituição, excetuando-se o período de trancamento;

§ 2º - Para os alunos que fizeram reopção de curso, conta-se o período a partir da matrícula inicial, mesmo que o aluno passe a ser vinculado à outra turma em semestre distinto;

§ 3º - No prazo máximo de 20 (vinte) dias decorridos do encerramento do período letivo, cada coordenação elaborará uma relação nominal dos alunos que não integralizaram o curso no prazo máximo, encaminhando a mesma para o Departamento de Ensino Superior;

§ 4º - O Departamento de Ensino Superior, em conjunto com a Diretoria do Campus publicará um Edital constando a relação nominal dos discentes que terão sua matrícula cancelada por jubramento, fixando um prazo para que o mesmo apresente sua defesa;

§ 5º - Ao discente também será comunicado por correspondência que o mesmo está incluso no processo de cancelamento de matrícula por jubramento. A correspondência será enviada ao endereço constante no seu cadastro do Sistema Acadêmico, cuja atualização é de responsabilidade do aluno;

§ 6º - Para sua defesa, o discente deve protocolar no período previsto no Edital, toda documentação que comprove as causas alegadas para a não solicitação da matrícula, bem como a proposta para continuidade do curso, com disciplinas e horários em cada semestre, caso seja concedida a prorrogação do prazo.

§ 7º - O julgamento do pedido de reconsideração, caso ocorra, será de responsabilidade do Colegiado do Curso em que o mesmo está vinculado, em reunião convocada especialmente para este fim;

§ 8º - A deliberação do Colegiado do Curso, em ficha individual, assinada pelos membros do Colegiado, será enviada ao Departamento de Ensino Superior para processamento e comunicação ao aluno;

§ 9º - Cabe recurso das decisões do Colegiado a Câmara de Ensino do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPB -CEPE;

§ 10 - Caso o Colegiado tenha deliberado por prorrogar o prazo de integralização, o aluno deve comparecer ao Departamento de Ensino Superior e assinar um Termo de Compromisso, pelo qual se compromete a concluir o curso no prazo fixado pelo Colegiado. Neste caso, a coordenação do curso ficará responsável pela matrícula em disciplinas no período;

Art. 9º - Cada processo deve ser avaliado individualmente pelo colegiado do curso, tendo como base os seguintes aspectos:

- I. Histórico Acadêmico do Aluno;
- II. Problemas de saúde;
- III. Limitações por dificuldade de aprendizagem;
- IV. Convocações para Serviço Militar;

V. Questões relativas a trabalho;

VI. Outros aspectos relevantes.

Art. 10 - O aluno jubilado ou que teve sua matrícula cancelada poderá solicitar à CCA o histórico escolar parcial, em que constem as disciplinas cursadas, visando a futuro aproveitamento de estudos daquelas disciplinas em que foi aprovado.

Art. 11 - Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pela Câmara de Ensino do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPB - CEPE.

Art. 12 – A presente Resolução passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

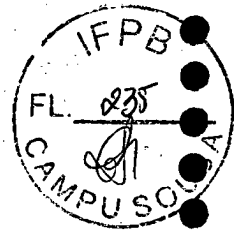
5.4 APOIO AOS DISCENTES ✓

A orientação e apoio aos estudantes serão realizados de diferentes formas e níveis. Inicialmente, o estudante será recebido na primeira semana de aula com palestras que explicarão sobre o funcionamento do Instituto, seu papel e o curso que escolheu, sua missão, objetivos, perfil do profissional e a estrutura curricular com sua lógica integrativa. Para que não se perca a totalidade dentro do processo do Instituto, os estudantes receberão da gestão do IFPB- Campus Sousa informações sobre a sua vida acadêmica, os órgãos institucionais e as normas a serem seguidas.

5.4.1 Apoio da Equipe interdisciplinar ✓

Os padrões de comportamento e normas de conduta serão discutidos pelos estudantes e professores, a partir do Regimento Interno da Instituição, de modo a garantir o clima de comprometimento para o desenvolvimento da aprendizagem.

No que se refere à orientação da aprendizagem, os professores também têm a função de dar assistência ao acadêmico, dedicando tempo em orientações individuais àqueles com problemas de aprendizagem e ainda aos projetos de extensão, iniciação científica e aprofundamento teórico em diferentes ramos do saber, proporcionando oportunidades de integração teoria-prática.



Durante o semestre, também serão realizadas palestras com vistas a fortalecer o trabalho inicial, dirigindo o estudante para o delineamento pretendido pelo curso. Aqueles que desejarem poderão ser atendidos pela Coordenação do Curso para um melhor entendimento dos assuntos que lhe são próprios.

Para o enfrentamento ao fenômeno da evasão e retenção escolar o IFPB dá continuidade a programas de cunho pedagógico e psicossocial na perspectiva de assegurar o engajamento do estudante no contexto institucional bem como sua permanência com êxito acadêmico. Para tanto o Instituto conta com uma equipe multidisciplinar qualificada de pedagogos, técnicos educacionais, psicólogos e assistentes sociais, além de infraestrutura adequada com Gabinete Médico Odontológico, Restaurante Estudantil, Biblioteca e Laboratórios.

5.4.2 Apoio às atividades acadêmicas ✓

Os estudantes são estimulados à participação e organização de congressos, palestras, seminários, encontros, simpósios, cursos, fóruns, etc. Além disso, são incentivados a participarem de atividades extracurriculares, que propiciem o desenvolvimento de um espírito crítico e reflexivo, fatores decisivos para o crescimento pessoal e profissional, envolvendo-os em debates e projetos que primam pela iniciativa e criatividade, e possam então se transformar em um processo de construção do perfil do futuro professor.

5.4.3 Mobilidade estudantil ✓

O IFPB mantém programas de mobilidade acadêmica entre instituições de ensino do país e instituições de ensino estrangeiras, através de convênios interinstitucionais ou através da adesão a programas governamentais, visando incentivar e dar condições para que os estudantes enriqueçam seu processo formativo a partir do intercâmbio com outras instituições e culturas.

As normas para a mobilidade acadêmica estão definidas na Resolução nº 142/2015 do Conselho Superior do IFPB. Segundo a referida Resolução, são

consideradas atividades de mobilidade acadêmicas aquelas de natureza acadêmica, científica, artística e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do estudante. Cabe ressaltar que a duração destas atividades será de no mínimo um (1) mês e no máximo doze (12) meses, com possibilidade de prorrogação, desde que cumpridas as normas institucionais vigentes.

5.4.4. Política de Assistência Estudantil ✓

Em consonância com o PDI 2015-2019 (2014) o instituto possui uma Política de Assistência Estudantil destinada, prioritariamente, aos estudantes em condições de vulnerabilidade social. Visando ao estabelecimento de uma política que assegure a permanência dos estudantes na Instituição, mantém um programa de Bolsas de Trabalho, com natureza assistencial, que contempla os mais carentes e mantém ainda programas de alimentação, de transporte e de moradia.

5.4.5 Acessibilidade ✓

De acordo com o PDI 2015-2019 (2014) o IFPB tem promovido ações para o atendimento às pessoas com deficiência, fundamentadas nos princípios do direito à cidadania, em observância à legislação, isto é, Lei n.º 9.394/96; Lei n.º 12.764/2012; Decreto n.º 7.611/11; Decreto n.º 5.626/05; Decreto n.º 5.296/04; Lei n.º 10.048/00; Lei n.º 10.098/00; e Lei n.º 10.436/02, destacando-se as ações:

- Contratação de professores e interpretes em LIBRAS para o atendimento a alunos com deficiência auditiva;
- Observância à Lei de Acessibilidade para o atendimento a alunos cadeirantes e/ou com dificuldades de locomoção com a adequação das estruturas físicas dos campi;
- Aquisição de materiais, softwares, equipamentos de locomoção, literatura além de equipamentos de BRAILE para o atendimento a alunos com deficiência visual;

- Implementação de ações em atendimento às pessoas com transtorno do espectro autista;
- Estruturação de atendimento educacional especializado, por meio do NAPNE;
- Estudo permanente para buscar formas de efetivar o rompimento de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais referentes às pessoas com deficiência;
- Planejamento de estratégias para assegurar o acesso, a permanência e o êxito na vida estudantil de pessoas com deficiência.
- Contratar profissionais especializados para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- Adequar a estrutura arquitetônica, de equipamentos e de procedimentos que favoreça à acessibilidade nos campi;
- Promover formação/capacitação aos professores para atuarem nas salas comuns que tenham alunos com necessidades especiais;
- Estabelecer parcerias com as empresas quanto à inserção dos alunos com deficiência nos estágios curriculares e no mercado de trabalho;
- Realizar estudos permanentes na busca de planejar e estruturar ações objetivando o atendimento às pessoas com Deficiência.

Dessa forma, o IFPB estabelece através das ações desenvolvidas pelas políticas educacionais de inclusão social do Instituto as condições necessárias para o acesso e locomoção das pessoas com deficiência que utilizam o espaço público, seja como visitante ou discente de algum curso ofertado pelos campi.

5.4.6 Ouvidoria ✓

A Ouvidoria é um órgão de assessoria à Reitoria para intermediar a relação entre a Administração, os servidores e público externo, garantindo o acesso a informação, através do estabelecimento de um canal permanente de comunicação e de encaminhamento das questões inerentes a administração pública. A Ouvidoria será

exercida por um ouvidor, designado pelo Reitor, a partir de processo eletivo junto à comunidade, com mandato de dois anos, cabendo uma única recondução.

São competências e atribuições da Ouvidoria: facilitar e simplificar ao máximo o acesso do usuário ao serviço da Ouvidoria; promover a divulgação da Ouvidoria; receber e apurar, de forma independente e crítica, as informações, reclamações, denúncias e sugestões que lhe forem encaminhadas por membros da comunidade interna e externa, quando devidamente formalizadas; analisar as informações, reclamações, denúncias e sugestões recebidas, encaminhando o resultado da análise aos setores administrativos competentes; acompanhar as providências adotadas pelos setores competentes, mantendo o requerente informado do processo; propor ao Reitor a instauração de processo administrativo disciplinar, quando necessário, nos termos da legislação vigente; sugerir medidas de aprimoramento das atividades administrativas; elaborar e apresentar relatório anual de suas atividades ao Conselho Superior; interagir com profissionais de sua área, no Brasil e no exterior, com o objetivo de aperfeiçoar o desempenho de suas atividades.

5.4.7 Acompanhamento aos Egressos ✓

No PDI 2015-2019 (2014) considera-se egresso o sujeito que foi discente do IFPB e concluiu o seu curso. Projetar ações para esse público possibilita compreender melhor como a formação que a instituição dá aos sujeitos impacta suas vidas. Por isso, no que diz respeito ao egresso, é importante detectar modelos de práticas bem-sucedidas para realimentar os projetos pedagógicos de cursos e estratégias pedagógicas da instituição como um todo. Além disso, também é importante para a instituição identificar a inserção socioprofissional, as perspectivas e expectativas nas aproximações do egresso com o mundo do trabalho. Faz-se necessário manter um canal de comunicação permanente com o mundo do trabalho, que seja efetivo e democratizador das informações, subsidiando e facilitando as escolhas dos discentes para sua atuação profissional.

São objetivos específicos:

- a) Avaliar o desempenho da instituição, através do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- b) Manter registros atualizados de alunos egressos;
- c) Possibilitar as condições para que os egressos possam apresentar aos graduandos os trabalhos que vêm desenvolvendo, através das Semanas Acadêmicas e outras formas de divulgação;
- d) Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho;
- e) Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação, dando ênfase às capacitações e habilidades exigidas dos profissionais da área;
- f) Incentivar a leitura de periódicos especializados, disponíveis na biblioteca do Instituto;

5.4.8 Registros acadêmicos ✓

É um órgão de apoio às atividades acadêmicas que tem sua estrutura, competências e atribuições definidas na Resolução CS/IFPB nº 67 que dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto (2010). Esse documento define as atribuições e competências do Departamento de Cadastro Acadêmico, responsável pela certificação e diplomação, descritos abaixo:

I – coordenar e supervisionar a instrução e processos da emissão de diplomas e certificados e seu registro e executá-los quando cabível;

II - manter e atualizar registro dos projetos pedagógicos de curso vigentes e de suas alterações;

III – supervisionar a organização e atualização dos cadastros escolares dos alunos do ensino técnico, da graduação e da pós-graduação operados pelos *campi* do IFPB e articular-se com os setores de controle acadêmico setoriais visando a emissão de certificados e diplomas e o seu registro, quando cabível;

IV – supervisionar a coleta e anotação dos resultados da verificação de rendimento escolar dos alunos realizada pelo setor de controle acadêmico de cada campus;

V – supervisionar a escrituração dos créditos escolares integralizados pelos alunos e o aproveitamento de estudos feitos anteriormente realizados pelo setor de controle acadêmico de cada campus, após decisão dos órgãos competentes;

VI - proceder a análise final da documentação escolar dos concluintes dos cursos de Educação Básica, de Educação Superior, de Educação Profissional, de Educação de Jovens e Adultos e de outras modalidades educacionais, à vista do projeto pedagógico de cada curso e da integralização das disciplinas e carga horária exigidas para sua conclusão;

VII - expedir guias de transferências de alunos para outras instituições podendo delegar tal atividade aos setores de controle acadêmico de cada campus;

VIII - efetuar, em livro próprio, o registro de diplomas de conclusão de cursos e dos certificados, quando cabível;

IX - fornecer informações periódicas aos órgãos competentes do Ministério da Educação sobre o movimento de registro de diplomas da Instituição, bem como às entidades de fiscalização e controle profissional, desde que não seja atribuição do Pesquisador Institucional;

X - apresentar ao Pró-Reitor o relatório anual das atividades desenvolvidas pelo seu setor; e

XI – executar outras atividades delegadas pelo Pró-Reitor de Ensino.

5.5 ADMINISTRAÇÃO DO CURSO ✓

5.5.1 Coordenação do curso ✓

Nome do Coordenador	Richardson Correia Marinheiro
Titulação	Mestrado
Regime de Trabalho	DE

5.5.1.1 Formação Acadêmica e Experiência Profissional ✓

Possui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual da Paraíba (2005), Especialização em Atividade Física Adaptada e Saúde pela Universidade Gama Filho (2008) e Mestrado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013). Exerce a função em caráter efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Sousa e de Coordenador Geral do Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica - PARFOR, da mesma instituição. Responsável pela criação do curso de Licenciatura em Educação Física do IFPB, exercendo a função de coordenador de curso. Tem experiência na formação de professores para a educação básica e supervisão pedagógica, atuando nas áreas específicas de Educação e Saúde com ênfase em Educação Física Escolar e Atividade Física para Grupos Especiais e ministra as disciplinas: Introdução à Educação Física, Metodologia da Pesquisa em Educação Física, Seminário de Conclusão de Curso e Atividade Física Adaptada e Saúde no curso superior de licenciatura em educação física do IFPB - Campus Sousa.

5.5.1.2 Atuação da Coordenação ✓

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro 1996), não mais exigiu a existência de departamentos no âmbito das instituições de ensino superior. A maioria das instituições extinguiu-os de suas estruturas organizacionais, preferindo acolher a ideia de Coordenação de Curso e atribuindo ao novo setor a responsabilidade pela direção e pelo sucesso dos cursos superiores.

A Coordenação de Curso será o setor responsável pela gestão e pela qualidade intrínseca do curso. No Manual das Condições de Ensino, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), percebe-se a preocupação com a análise do desempenho dos coordenadores de cursos. Na

Dimensão 1 (Um) desse Manual, relativamente à Organização Didático-pedagógica, cogita-se da atuação do Coordenador de Curso, de sua participação nos colegiados acadêmicos das IES, no comando dos colegiados ou congregações de curso, na titulação e na experiência do coordenador, no seu regime de trabalho, na experiência não acadêmica e administrativa, enfim, na condução, com qualidade, do projeto do curso. Verifica-se, pois, a preocupação do Ministério da Educação (MEC) a respeito dessa figura organizacional e do trabalho que deve desenvolver.

Dos Requisitos

- Destine uma quantidade de horas para as atividades da Coordenação, isto permitirá uma dedicação maior ao desenvolvimento do Curso, especialmente se o Curso funcionar em mais de um turno;
- Ministre aulas para os alunos do Curso que dirige em pelo menos duas turmas, para maior vinculação. O Coordenador de Curso precisa manter contato acadêmico permanente com os alunos do seu curso, proporcionando bom exemplo aos seus colegas de magistério pelas excelentes aulas que deve ministrar;
- Tenha eficaz competência gerencial para fazer com que o Curso seja bem e efetivamente administrado. Portanto, *titulação, comando, dedicação ao Curso e espírito gerencial (qualificação diretiva) são requisitos básicos para ser Coordenador.*

5.5.1.3 Direitos, Deveres e Responsabilidade. ✓

Direitos

Os decorrentes do cargo, previstos em Lei, tais como: sistema remuneratório, vantagens pecuniárias, adicionais, gratificações e indenizações; programas de capacitação e progressão;

Deveres

- Lealdade (fidelidade) - exige de todo servidor a maior dedicação ao seu serviço e o integral respeito às Leis e Instituições constitucionais;
- Obediência – impõe ao servidor o acatamento às ordens legais de seus superiores e sua fiel execução. São legais quando emanadas de autoridade competente em forma adequada e com objeto lícito;
- Conduta ética – decorre do princípio constitucional da moralidade administrativa e impõe ao servidor público a obrigação de jamais desprezar o elemento ético de sua conduta;
- Além destes, outros deveres que estejam especificados na Lei do servidor público.

Responsabilidades

- Administrativa – resulta da violação pelo servidor de normas internas, tais como a Lei, decretos e outros provimentos regulamentares da função pública. A falta funcional gera o ilícito administrativo e dá ensejo à aplicação da pena disciplinar pelo superior hierárquico seguindo o devido processo legal;
- Civil – obrigação que se impõe ao servidor de reparar o dano causado a administração por culpa ou dolo no desempenho das funções. Nasce com o ato culposo ou doloso e se exaure com a indenização;
- Criminal – resulta do cometimento dos crimes funcionais. A maioria dos crimes desse tipo cometidos contra a Administração Pública estão definidos no Código Penal.

5.5.1.4 Funções do coordenador do curso ✓

Funções Políticas

- a) Ser um líder reconhecido na área de conhecimento do Curso;
Pelos artigos que haja publicado, pelas conferências para as quais seja convidado a proferir, pela sua ação junto ao conselho profissional de sua categoria, enfim, pela ação política interna e externa, se o enfoque for a área central de conhecimento do Curso;

- b) Ser um — animador de professores e alunos por suas características pessoais, devendo ser reconhecido no exercício de seu mister por sua atitude estimuladora, proativa, congregativa, participativa e articuladora;
- c) Ser o representante de seu curso, tanto interna corporis, na própria instituição e, externa corporis, fora dela;
- d) Ser o fazedor do marketing do curso deve dominar por inteiro as diferenças essenciais de seu curso, procurando sempre ressaltar as qualidades e promover permanentemente o desenvolvimento e o conhecimento do curso no âmbito da IES e na sociedade.
- e) Ser responsável pela vinculação do Curso com os anseios e desejos do mercado. Assim, deverá manter articulação com empresas e organizações de toda natureza, públicas e particulares, que possam contribuir para o desenvolvimento do curso, para o desenvolvimento da prática profissional dos alunos com os estágios, para o desenvolvimento e enriquecimento do próprio currículo do curso

Funções Gerenciais

- a) Ser o responsável pela supervisão das instalações físicas, laboratórios e equipamentos do Curso;
- b) Ser o responsável pela indicação da aquisição de livros, materiais especiais e assinatura de periódicos necessários ao desenvolvimento do Curso;
- c) Ser responsável pelo estímulo e controle da frequência docente;
- d) Ser responsável pelo estímulo e controle da frequência discente;
- e) Ser responsável pelo processo decisório de seu Curso;
- f) Ser responsável pela indicação da contratação de docentes;

Funções Institucionais

- a) Ser responsável pelo sucesso dos alunos de seu Curso no ENADE e demais avaliações;
- b) Ser responsável pelo acompanhamento dos antigos alunos do Curso;
- c) Ser responsável pelo reconhecimento de seu Curso e pela renovação periódica desse processo por parte do MEC;

Funções Acadêmicas

- d) Ser responsável pela elaboração e execução do Projeto Pedagógico do Curso;
- e) Ser responsável pelo desenvolvimento atrativo das atividades escolares;
- f) Ser responsável pela qualidade e pela regularidade das avaliações desenvolvidas em seu Curso;
- g) Cuidar do desenvolvimento das atividades complementares em seu Curso estimular a iniciação científica e de pesquisa entre professores e alunos;
- h) Ser responsável pela orientação e acompanhamento dos monitores;
- i) Ser responsável pelo engajamento de professores e alunos em programas e projetos de extensão universitária;
- j) Ser responsável pelos estágios supervisionados e não-supervisionados.

5.6 COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ✓

Do Conselho Superior

O Conselho Superior é o órgão máximo do IFPB, geral e sistêmico, detém as competências administrativas internas, tem caráter consultivo e deliberativo, e tem a seguinte composição:

I – o Reitor como presidente;

II - 01 (um) representante de cada *campus* ou *campus* avançado com cursos regulares em funcionamento, podendo ser docente, estudante ou técnico administrativo, eleito pela comunidade escolar, seguindo os mesmos critérios da eleição para Diretor Geral de *campus*;

- III - 06 (seis) representantes do corpo docente do IFPB eleitos por seus pares através do voto em chapas e respeitando a proporcionalidade de votos;
- IV - 06 (seis) representantes do corpo Técnico Administrativo do IFPB, eleitos por seus pares através do voto em chapas e respeitando a proporcionalidade de votos;
- V - 06 (seis) representantes do corpo discente do IFPB, eleitos por seus pares através do voto em chapas e respeitando a proporcionalidade de votos;
- VI - 01 (um) representante dos estudantes egressos do IFPB, indicado em reunião dos seus pares convocada e organizada pela reitoria;
- VII - 03 (três) representantes da comunidade externa ao IFPB, sendo 01 (um) representante de entidades patronais, 01 (um) representante de entidades de trabalhadores e 01 (um) representante do governo estadual da Paraíba;
- VIII - 01 (um) representante do ministério da educação;
- IX - dois representantes do Colégio de Dirigentes, sendo um Pró-Reitor e um Diretor Geral de *campus*.

Com exceção do Reitor e do representante do Ministério da Educação, o mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução e havendo um suplente substituto para cada membro, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) O suplente do reitor será o seu substituto legal e assumirá também a presidência do conselho nas faltas e impedimentos do titular;
- b) O suplente do representante do ministério da educação será também indicado pelo Ministério;
- c) Os suplentes dos representantes do Colégio de Dirigentes serão escolhidos pelo colegiado na mesma reunião que escolhe os membros titulares;
- d) Os suplentes dos representantes de docentes, estudantes e técnicos administrativos, serão eleitos juntamente com seus titulares para o mesmo mandato;
- e) Os suplentes dos representantes de cada *campus* e *campus* avançado serão escolhidos no mesmo processo eleitoral que escolhe o titular, obedecendo à ordem de votação individual;
- f) Os demais suplentes serão designados no mesmo ato e da mesma forma que seus titulares.

Do Conselho Diretor

O *campus* terá um Conselho Diretor como seu órgão máximo colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, com a finalidade de regulamentar a execução das normas aprovadas pelo Conselho Superior, pelo CEPE-IFPB e pelo COPAF-IFPB, podendo complementá-las, no âmbito de cada *campus*:

- I – o Diretor-Geral do Campus, como Presidente;
- II – dois representantes dos docentes;
- III - dois representantes dos técnicos administrativos;
- IV - dois representantes dos discentes;
- V – um representante da área pedagógica;
- VI - um representante da administração acadêmica pertencente ao segmento docente;
- VII - um representante da administração pertencente ao segmento dos técnicos administrativos;
- VIII – um representante das Coordenações dos Cursos;
- IX – dois representantes da sociedade civil;
- X – Um representante de pais de alunos

Do Colegiado de Curso

De acordo com a Resolução CS nº 141/2015, de 02 de outubro de 2015, o Colegiado de Curso Superior (CCS) é o órgão deliberativo primário e de assessoramento acadêmico. Tem como objetivo desenvolver atividades voltadas para constante aperfeiçoamento e melhoria dos cursos superiores. O CCS é constituído pelos seguintes membros permanentes:

- I. Coordenador do curso superior, como Presidente;
- II. 4 (quatro) docentes efetivos vinculados à coordenação do curso superior, escolhidos por seus pares, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por mais um;
- III. 1 (um) discente, escolhido por seus pares, com seu respectivo suplente,

para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução;

IV. 1 (um) docente que ministre aula no curso, que seja lotado noutra coordenação, com seu respectivo suplente, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução;

V. 1 (um) representante técnico-administrativo em educação (pedagogo ou TAE), vinculado à coordenação pedagógica do campus, com seu respectivo suplente para mandato de 2 anos, sendo permitida uma recondução;

Relação nominal dos membros que compõem o colegiado do curso designados pela Portaria Nº 171, de 14 de dezembro de 2015.

Quadro 06 – Relação nominal dos membros do CCS

Colegiado do Curso	
Docente	Situação
1. Richardson Correia Marinheiro	Presidente
2. Wesley Crispim Ramalho	Titular
3. Gertrudes Nunes de Melo	Titular
4. Giulyanne Maria de Lima da Silva	Titular
5. Fábio Thiago Maciel da Silva	Titular
6. Valmiza da Costa Rodrigues Durand	Suplente
7. Maria Aparecida Alves Sobreira Carvalho	Suplente
Discente	
1. Tatiana Valéria da Silva Queiroz Lins	Titular
2. Marina Duarte de Souza Rolim	Suplente
Pedagoga	
1. Ana Paula de Andrade Rocha Arnaud	

Do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

A Resolução CS nº 143/2015, dispõe sobre o NDE, este é um órgão consultivo e constituído por um grupo de docente, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do plano pedagógico do curso.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Os docentes que compõem o NDE do curso foram nomeados pela Portaria nº 170, DE 14 de dezembro de 2015.

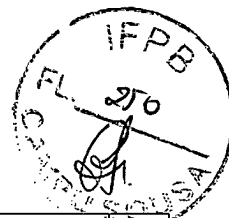
Quadro 07 – Relação nominal dos membros do NDE

NUCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE				
Docente	Graduado em	Titulação	Experiência Profissional	Regime de Trabalho
1. Richardson Correia Marinheiro	Licenciatura em Educação Física	Mestre	14	DE
2. Wesley Crispim Ramalho	Licenciatura em Educação Física	Especialista	8	DE
3. Gertrudes Nunes de Melo	Licenciatura em Educação Física	Mestre	8	DE
4. Giulyanne Maria de Lima da Silva	Licenciatura em Educação Física	Mestre	8	DE
5. Fábio Thiago Maciel da Silva	Licenciatura em Educação Física	Mestre	14	DE

5.7 CORPO DOCENTE ✓

5.7.1 Relação nominal do corpo docente ✓

Quadro 08 – Relação nominal dos docentes



Nº	CPF	DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA				EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			TC
			GRADUADO IES - ANO	ESPECIALISTA IES - ANO	MESTRE IES - ANO	DOUTOR IES-ANO	NMS	EFM	FMS	
1	008.556.944-59	RICHARDSON CORREIA MARINHEIRO	UEPB - 2005	UGF - 2008	UFRN - 2013	-	6	15	8	6
2	064.704.664-43	WESLEY CRISPIM RAMALHO	UEPB - 2005	UniFoa - 2010	-	-	4	8	3	6
3	010.026.693-24	GERTRUDES NUNES DE MELO	IFCE-2008	UniFoa - 2010	UFRN - 2013	-	4	3	3	1
4	065.019.344-00	GIULYANNE MARIA SILVA SOUTO	UEPB - 2005	UVA - 2010	UPE - 2012	-	4	3	3	1
5	082.077.424-37	FABIO THIAGO MACIEL DA SILVA	UEPB - 2005	FIP - 2011	UPE - 2014	-	2	0	3	1
6	441.948.034-34	VALMIZA DA COSTA RODRIGUES DURAND	UFPB - 1988	FIP - 2004	-	-	12	27	27	6
7	386.107.873-20	MARIA APARECIDA ALVES SOBREIRA CARVALHO	UFC - 1990	UECE - 2003	UFC - 2010	-	9	6	20	6
8	075.062.077-37	JOÃO BATISTA FERREIRA CORRÊA	UFMA - 2004	UNICEUMA - 2006 UFMA - 2010 UNINTER -	UCB - 2009	-	10	15	9	3
9	018.944.584-00	ASDRÚBAL NÓBREGA MONTENEGRO NETO	UNJPE - 2002	FMUSP - 2008 CBES - 2006	UEPB - 2007	UFRN - 2009	11	1	9	3

Nº	CPF	DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA				EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			TC
			GRADUADO IES - ANO	ESPECIALISTA IES - ANO	MESTRE IES - ANO	DOCTOR IES-ANO	NMS	EFM	FMS	
10	006.893.133-65	SAULO DE AZEVEDO FREIRE	UECE - 2007		UFPE - 2012		7	1	11	2
11	044.361.314-16	JOSERLAN NONATO MOREIRA	UFERSA - 2005		UFERSA - 2008	UFERSA - 2011	9	1	-	5
12	085.405.104-05	VICTORIA MARIA SANTIAGO DE OLIVEIRA	UFMG - 2013		UFMG - 2016		2	-	2	2
13	602.397.434-15	FRANCISCO TIBERIO FELIZMINO DE ARAUJO	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras.	Instituto Packter - 2004	UFMG - 2006		10	-	26	7
10	530.909.505-53	JOAO EDSON RUFINO	UFBA 1996	UFBA 1996	UFBA 2002	UEPB 2016	10	1	-	2
15	042.058.384-09	MARCLEY DA LUZ MARQUES	UEPB 2004 UFPB 2013	IESP 2008 UESBBA 2014			2	10	-	7
16	007.865.814-41	EMANUELL FAUSTINO HENRIQUE DE LUCENA	FIP 2009		UFPE - 2012		5	1	5	2
11	898.556.631-87	SELMA DOS SANTOS FEITOSA	UFT 2004		UFPB 2007	UEPB 2016	9	-	10	2
18	002.676.411-33	PAMELA KARINA DE MELO GOIS	UFRN 2007	FIP 2010			1	7	-	1

Legenda:
 NMS – tempo de experiência profissional (em ano) No Magistério Superior;
 EFM – tempo de experiência (em ano) no Ensino Fundamental e Médio

OE é quantidade de horas semanais em Orientação de Estágio supervisionado;
 OT é quantidade de horas semanais em Orientação de Trabalho de conclusão de curso;
 OI é quantidade de horas semanais em Orientação de Iniciação científica;
 OM é quantidade de horas semanais em Orientação de Monitoria;
 OX é quantidade de horas semanais em Orientação alunos em atividade de extensão;
 OO é quantidade de horas semanais em Outros Apoio ao Ensino;
 OP é quantidade de horas semanais em Orientação alunos em Práticas profissionais;
 AD é a quantidade de horas semanais dedicadas a atividades Administrativas, participação em conselhos e outras não enquadradas nos itens anteriores, relativo às horas totais contratadas;
 OC é a quantidade de horas semanais dedicadas em Outros Cursos da IES em sala de aula;
 HC é a quantidade de Horas semanais dedicadas em outros cursos da IES em atividades que lhe são Complementares
 AP é a quantidade de horas semanais em Atividades de Pesquisa e orientação de programas de iniciação científica relativo às horas totais contratadas;
 AE é a quantidade de horas semanais em Atividades de Extensão: em assessorias a escritórios modelo e empresas júnior, organizações de oficinas, seminários, congressos e outras que venham contribuir para a melhoria da qualidade institucional, relativas às horas totais contratadas;
 PG é a quantidade de horas semanais em aulas da Pós-Graduação relativo às horas totais contratadas;
 CA é a quantidade de horas semanais destinadas à participação em programas de Capacitação e educação continuada e para a elaboração de monografias, dissertações ou teses relativas às horas totais contratadas;
 OA é a quantidade de horas semanais em Outras Atividades não relacionadas.
 RT é Regime de Trabalho do docente na IES em TI é regime de Tempo Integral; TP é regime de Tempo Parcial H é regime Horista.

5.7.3 Titulação e experiência do corpo docente e efetiva dedicação ao curso ✓

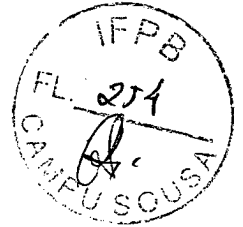
O exercício da docência no Instituto Federal da Paraíba é permitido ao profissional com formação mínima de graduação. Os requisitos para admissão são exigidos na publicação do Edital Público para concurso de admissão ao quadro, sendo importante também a comprovação de experiência profissional, que fortalece o currículo do candidato para efeito de pontuação e classificação.

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Educação Física oferecido pelo IFPB, Campus Sousa, é formado por especialistas, mestres e doutores, que possuem uma vasta experiência em docência.

5.7.3.1 Titulação ✓

Quadro 10 – Quantitativo de docentes de acordo com a titulação

TITULAÇÃO	Nº	%
Doutor	4	22,2
Mestre	9	50,0
Especialista	5	27,8
Graduado	0	0



5.7.4 Regime de trabalho do corpo docente ✓

O quadro do corpo docente do curso superior de Licenciatura em Educação Física são de professores em caráter efetivo do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Sousa (IFPB), Onde 100%(cem por cento) dos docentes trabalham em regine de trabalho com dedicação exclusiva.

Quadro 11 – Quantitativo de docentes de acordo com o regime de trabalho

Regime de Trabalho	Nº	%
Tempo Integral	18	100,0
Tempo Parcial	0	0
Horista	0	0

5.7.5 Reposição de Aulas pelos Docentes ✓

Coforme estabelecido na RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 31, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016, no seu Art. 26.

O docente deixe de ministrar as aulas previstas no calendário escolar, por motivos não estabelecidos em legislação específica (Leis 8.112/90 e 9.527/97), deverá solicitar, junto à coordenação do curso, o(s) formulário(s) de reposição que deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a data da falta, e, em comum acordo com os discentes, definir a data para reposição, desde que não ultrapasse o semestre, complementando, assim o número de aulas determinado.

I - O docente deverá apresentar à Coordenação do Curso a comprovação da reposição da(s) aula(s), devidamente assinado(as) por mais de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo da turma, para efeito de abono de faltas, que deverá ser encaminhando a Diretoria de Desenvolvimento do Ensino.

II - Decorrido o prazo estabelecido para reposição de aulas as faltas serão informadas pelo Diretor de Desenvolvimento do Ensino ao setor responsável pela Gestão de Pessoas, sem possibilidade de serem abonadas.

III - A reposição das aulas decorrentes excepcionalmente de licença por luto de genitores, de prole, de cônjuge, licença matrimonial, paternidade e licença médica deverá ser realizada até o encerramento do semestre.

5.7.6 Experiência (acadêmica e profissional) ✓

O corpo docente do Instituto Federal da Paraíba é constituído de profissionais que possuem experiência no Ensino Superior e que têm experiência profissional na área que lecionam, seja atuando em empresas ou como profissional liberal. Estes requisitos são considerados quando da seleção e influenciam na avaliação e na aprovação do docente.

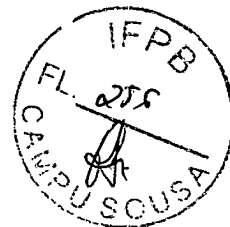
5.7.6.1 Tempo de experiência no magistério superior ✓

Abaixo, segue um demonstrativo da experiência do Corpo Docente do Curso de Licenciatura em Educação Física a ser oferecido pelo IFPB, Campus Sousa.

Quadro 12 – Quantitativo de docentes de acordo com a experiência profissional acadêmica.

Exercício no magistério superior	Nº	%
Sem experiência	0	0
De 1 a 3 anos	4	22,2
De 4 a 9 anos	9	50
10 anos ou mais	5	27,8
TOTAL	18	100%

Obs.: O número de anos deve ser arredondado para o inteiro mais próximo, ou seja, menos de 6 meses para o inteiro inferior e a partir de 6 meses para o inteiro superior.



5.7.6.2 Tempo de experiência profissional fora do magistério ✓

Quadro 13 – Quantitativo de docentes de acordo com a experiência profissional não acadêmica.

Experiência Profissional Fora do Magistério	Nº	%
Sem experiência	4	22,2
De 1 a 3 anos	2	11,1
De 4 a 9 anos	7	38,9
10 anos ou mais	5	27,8
TOTAL	18	100%

Obs.: O número de anos deve ser arredondado para o inteiro mais próximo, ou seja, menos de 6 meses para o inteiro inferior e a partir de 6 meses para o inteiro superior.

5.7.7 Produção de material didático ou científico do corpo docente ✓

Abaixo, a lista de publicações e/ou produções científicas, técnicas, tecnológicas, pedagógicas, culturais e artísticas dos docentes a ser oferecido pelo IFPB, Sousa, nos últimos 3 anos.

5.7.7.1 Publicações ✓

Quadro 14 – Quantitativo de publicações docentes

Tipo de Publicação	QUANTIDADE			TOTAL
	(X - 2)	(X - 1)	(X)	
Artigos publicados em periódicos científicos	3	6	3	12
Livros ou capítulos de livros publicados	0	2	0	2
Trabalhos publicados em anais (completos ou resumos)	40	45	34	119
Traduções de livros, capítulos de livros ou artigos publicados	0	0	0	0

Legenda

X = Ano do Protocolo – para cursos protocolados no segundo semestre

X - 1 = Ano Anterior da protocolização

X - 2 = Ano Anterior

5.7.7.2 Produções técnicas, artísticas e culturais do corpo docente

Quadro 15 – Quantitativo de produções técnicas artísticas e culturais docentes

PRODUÇÕES TÉCNICAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS	QUANTIDADE			TOTAL
	(X - 2)	(X - 1)	(X)	
Propriedade intelectual depositada ou registrada	-			
Projetos e/ou produções técnicas, artísticas e culturais	4	1	1	-
Produção didático-pedagógica relevante publicada ou não	-	1		-

Legenda

X = Ano do Protocolo – para cursos protocolados no segundo semestre

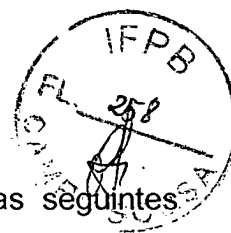
X - 1 = Ano Anterior da protocolização

X - 2 = Ano Anterior

5.7.8 Plano de Carreira e Incentivos ao Corpo Docente ✓

Plano de Carreira e Incentivos ao Corpo Docente consta como uma das preocupações do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IFPB. Com a edição da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, os docentes ganharam uma nova estrutura de carreira sendo denominados de Professor da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. O plano de carreira e o regime de trabalho são regidos pela Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e pela Constituição Federal, além da legislação vigente atrelada a essas Leis e a LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O Instituto Federal da Paraíba tem uma política de qualificação e capacitação que contempla o estímulo a participação em Seminários e Congressos, além da oferta de cursos de pós-graduação para os docentes e técnicos administrativos seja através da participação em programas de universidades como também dos programas interministeriais como é o caso do Minter e do Dinter.

A Política de Capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos no âmbito Institucional, foi instituída através da Portaria no 148/2001 – GD de 22/05/2001, que criou o Comitê Gestor de Formação e Capacitação, disciplinando e regulamentando a implementação do Plano de Capacitação, bem como as condições de afastamento



com este fim. O Comitê Gestor de Formação e Capacitação tem as seguintes competências:

- Elaborar o plano de capacitação geral da Instituição;
- Avaliar processos de solicitação de docentes e/ou técnico administrativos para afastamento e/ou prorrogação de afastamento;
- Propor à Direção Geral a liberação e/ou prorrogação de afastamento de docentes e/ou técnico-administrativos;
- Acompanhar os relatórios periódicos, trimestrais ou semestrais, dos servidores afastados, avaliando a continuidade da capacitação;
- Zelar pelo cumprimento das obrigações previstas.
- O Plano de capacitação do IFPB considera os seguintes níveis de qualificação profissional:
 - Pós-Graduação stricto sensu: mestrado, doutorado e pós-doutorado;
 - Pós-Graduação lato sensu: aperfeiçoamento e especialização;
 - Graduação;
 - Capacitação profissional: cursos que favoreçam o aperfeiçoamento profissional;
 - Atividades de curta duração: cursos de atualização e participação em congressos, seminários, conclaves, simpósios, encontros e similares.

5.7.9 Docentes x número de vagas autorizadas ✓

No quadro abaixo é demonstrada a relação entre as vagas anuais autorizadas e os docentes que atuam em tempo integral.

Quadro 16 – Relação entre vagas e docentes

NÚMERO DE VAGAS ANUAIS/DOCENTE EQUIVALENTE EM TEMPO INTEGRAL	QUANTIDADE
Vagas anuais	30
Total de docentes em TI	30
Média	1,66 alunos por docente em TI

5.7.10 Docentes por disciplinas ✓

Quadro 17 – Relação de disciplinas por docente

SEMESTRE	DISCIPLINA	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
1	JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS	João Batista Ferreira Corrêa	Educação Física	Mestrado	TI
1	ANATOMIA APLICADA A EDUCAÇÃO FÍSICA	Asdrúbal Nóbrega Montenegro Neto	Fisioterapia	Doutorado	TI
1	FUNDAMENTOS ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	Richardson Correia Marinheiro	Educação Física	Mestrado	TI
1	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	Saulo de Azevedo Freire	Sociologia	Mestrado	TI
1	LINGUA PORTUGUESA	João Edson Rufino	Letras	Doutorado	TI
1	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	Francisco Tibério Felizmino de Araújo	Filosofia	Especialista	TI
1	METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO	Selma dos Santos Feitosa	Agronomia	Doutorado	TI
2	FUNDAMENTOS HISTÓRICO-PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	Giulyanne Maria Silva Souto	Educação Física	Mestrado	TI
2	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	Gertrudes de Nunes Melo	Educação Física	Mestrado	TI
2	BASES BIOLÓGICAS APLICADA A EDUCAÇÃO FÍSICA	Asdrúbal Nóbrega Montenegro Neto	Fisioterapia	Doutorado	TI
2	PEDAGOGIA DOS ESPORTES INDIVIDUAIS	João Batista Ferreira Corrêa	Educação Física	Mestrado	TI
2	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	Maria Aparecida Alves Sobreira Carvalho	Psicologia	Mestrado	TI
2	DIDÁTICA GERAL	Valmiza da Costa Rodrigues Durand	Pedagogia	Especialização	TI
2	INGLÊS	Victoria Maria Santiago de Oliveira	Letras	Mestrado	TI
2	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Valmiza da Costa Rodrigues Durand	Pedagogia	Especialização	TI
2	FISIOLOGIA HUMANA	Asdrúbal Nóbrega Montenegro Neto	Fisioterapia	Doutorado	TI
3	DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA	Giulyanne Maria Silva Souto	Educação Física	Mestrado	TI
3	ATLETISMO	Gertrudes de Nunes Melo	Educação Física	Mestrado	TI
3	APRENDIZAGEM MOTORA	Gertrudes de Nunes Melo	Educação Física	Mestrado	TI
3	METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA I	Giulyanne Maria Silva Souto	Educação Física	Mestrado	TI
3	FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	Maria Aparecida Alves Sobreira Carvalho	Psicologia	Mestrado	TI

3	SOCORROS E URGÊNCIAS	Asdrúbal Nóbrega Montenegro Neto	Fisioterapia	Doutorado	TI
3	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	Pamela Karina de Melo Gois	Educação Física	Especialização	TI
4	METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	Gertrudes de Nunes Melo	Educação Física	Mestrado	TI
4	BIOQUÍMICA E NUTRIÇÃO APLICADA A EDUCAÇÃO FÍSICA	Asdrúbal Nóbrega Montenegro Neto	Fisioterapia	Doutorado	TI
4	FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO	Wesley Crispim Ramalho	Educação Física	Especialização	TI
4	METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA II	Giulyanne Maria Silva Souto	Educação Física	Mestrado	TI
4	PEDAGOGIA DOS ESPORTES COLETIVOS	João Batista Ferreira Corrêa	Educação Física	Mestrado	TI
4	POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL	Valmiza da Costa Rodrigues Durand	Pedagogia	Especialização	TI
5	SOCIOLOGIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA	Giulyanne Maria Silva Souto	Educação Física	Mestrado	TI
3	FUTSAL E FUTEBOL DE CAMPO	Wesley Crispim Ramalho	Educação Física	Especialização	TI
3	CINESIOLOGIA	Wesley Crispim Ramalho	Educação Física	Especialização	TI
5	BASQUETEBOL	João Batista Ferreira Corrêa	Educação Física	Mestrado	TI
5	METODOLOGIA DO TREINAMENTO DESPORTIVO	Fábio Thiago Maciel da Silva	Educação Física	Mestrado	TI
3	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	Valmiza da Costa Rodrigues Durand	Pedagogia	Especialização	TI
5	MÍDIAS E NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO	Emanuel Faustino Henrique de Lucena	Sistemas da Informação	Mestrado	TI
5	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	Richardson Correia Marinheiro	Educação Física	Mestrado	TI
3	EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE	Wesley Crispim Ramalho	Educação Física	Especialização	TI
6	SEMINÁRIO DE CONCLUSÃO DE CURSO	Richardson Correia Marinheiro	Educação Física	Mestrado	TI
6	VOLEIBOL	João Batista Ferreira Corrêa	Educação Física	Mestrado	TI
6	ATIVIDADES RÍTMICAS E EXPRESSIVAS	Giulyanne Maria Silva Souto	Educação Física	Mestrado	TI
5	BIOESTATÍSTICA	Joserlan Nonato Moreira	Agronomia	Doutorado	TI
6	LIBRAS	Marley da Luz Marques	Letras	Especialização	TI
6	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	Pamela Karina de Melo Gois	Educação Física	Especialização	TI
7	LUTAS	Fábio Thiago Maciel da Silva	Educação Física	Mestrado	TI
7	HANDEBOL	João Batista Ferreira Corrêa	Educação Física	Mestrado	TI
7	NATAÇÃO	Gertrudes de Nunes Melo	Educação Física	Mestrado	TI
7	GINÁSTICA ARTÍSTICA E RÍTMICA	Pamela Karina de Melo Gois	Educação Física	Especialização	TI
5	ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA	Wesley Crispim Ramalho	Educação Física	Especialização	TI
7	PEDAGOGIA DO LAZER	Fábio Thiago Maciel da Silva	Educação Física	Mestrado	TI
7	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	Pamela Karina de Melo Gois	Educação Física	Especialização	TI

8	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ADAPTADA	Fábio Thiago Maciel da Silva	Educação Física	Mestrado	
8	EDUCAÇÃO FÍSICA E DIVERSIDADE EDUCACIONAL	Maria Aparecida Alves Sobreira Carvalho	Psicologia	Mestrado	TI
8	LIBRAS APLICADA A EDUCAÇÃO FÍSICA	Marcyly da Luz Marques	Letras	Especialização	TI
8	MEIO AMBIENTE E ESPORTES DE AVENTURA	Gertrudes de Nunes Melo	Educação Física	Mestrado	TI
8	TCC	Richardson Correia Marinheiro	Educação Física	Mestrado	TI
8	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	Fábio Thiago Maciel da Silva	Educação Física	Mestrado	TI
OP	PRÁTICAS CORPORAIS ALTERNATIVAS	Fábio Thiago Maciel da Silva	Educação Física	Mestrado	TI
OP	PSICOMOTRICIDADE	Pamela Karina de Melo Gois	Educação Física	Especialização	TI
OP	AVALIAÇÃO E PRESCRIÇÃO DO EXERCÍCIO	Pamela Karina de Melo Gois	Educação Física	Especialização	TI
OP	TREINAMENTO DE FORÇA	Wesley Crispim Ramalho	Educação Física	Especialização	TI

OP: Optativa

TI: Regime em tempo integral

5.8 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ✓

5.8.1 Formação e experiência profissional do corpo técnico e administrativo ✓

No sentido de formar profissionais bem qualificados para o mercado de trabalho, o IFPB, Campus Sousa, conta com profissionais especializados nas mais diferentes áreas. A atuação desses profissionais no IFPB tem o intuito de oferecer não somente a formação acadêmica dos estudantes, mas também a formação como cidadãos, contemplando as mais diversas áreas da formação humana.

5.8.2 Adequação da quantidade de profissionais às necessidades do Curso ✓

No quadro abaixo, estão colocadas as informações a respeito dos profissionais do Corpo Técnico-Administrativo relacionados direta ou indiretamente com o Curso.

Quadro 18 – Relação de técnicos administrativos

SERVIDOR	CARGO	QUALIFICAÇÃO
Afrânio de Sousa Silva	Vigilante	Médio
Aldenir Martins de Melo	Assistente em Administração	Especialização
Alessandro Moraes de Sousa	Jardineiro	Médio
Ana Luiza Macedo de Araújo	Técnico em Alimentos e Laticínios	Mestrado
Ana Maria Jovanete de Mesquita	Assistente em Administração	Especialização



Ana Paula de Andrade Rocha Arnaud	Pedagoga	Especialização
Andreza Carla da Silva Dantas	Assistente Social	Mestrado
Antonio Alves de Sousa Junior	Analista de Tecnologia da Informação	Especialização
Antonio Firmino da Silva Neto	Contador	Mestrado
Aquiles Herbert Machado de Andrade	Assistente em Administração	Especialização
Ariane de Cassia Brunet Gomes	Assistente de Alunos	Especialização
Charles Moreira Gonçalves	Assistente em Administração	Graduação
Claudio Gonçalves Moreira	Assistente em Administração	Graduação
Clebio Pereira de Melo	Jornalista	Graduação
Cristiano Moura	Odontólogo	Doutorado
Damião Junior Gomes	Assistente de Laboratório	Mestrado
Déborah Ribeiro Pessoa Meireles	Técnico de Laboratório	Mestrado
Diego Ernani Leite Bezerra	Técnico em Alimentos e Laticínios	Médio
Diego Silva Leon	Assistente de Alunos	Graduação
Dickson Nascimento Dantas	Analista de Tecnologia da Informação	Mestrado
Edgreyce Bezerra dos Santos	Bibliotecária	Especialização
Edmilson Queiroga de Oliveira	Motorista	Médio
Edson de Lima Filho	Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	Médio/Técnico
Edvan José de Sousa	Tec. Em Economia Doméstica	Médio
Edvanildo Andrade da Silva	Técnico de Laboratório	Graduação
Elton da Nóbrega Mascena	Analista de Tecnologia da Informação	Mestrado
Fernando Antonio de Castro Coutinho	Motorista	Fundamental
Francinaide Maria de Souto	Pedagoga	Especialização
Francinaldo Lins de Figueiredo	Assistente em Administração	Especialização
Francisca Bivania de Araújo Lins	Pedagoga	Especialização
Francisca Estrela de Oliveira Trajano	Administradora	Especialização
Francisca Leni dos Santos Campos	Auxiliar de Nutrição e Dietética	Fundamental
Francisca Pinto de Almeida	Auxiliar de Cozinha	Médio
Francisco Abrantes Estrela	Técnico em Agropecuária	Mestrado
Francisco Aricles Olinto	Técnico em Agropecuária	Mestrado
Francisco de Assis	Motorista	Médio
Francisco de Assis Batista Braga	Assistente em Administração	Médio
Francisco de Assis Queiroga	Auxiliar de Cozinha	Médio
Francisco de Sales Queiroga	Datilografo de Textos Graficos	Especialização
Francisco Jairo Lopes Pereira	Operador de Máquina de Lavanderia	Médio
Francisco Jânio Gonçalves	Técnico em Agropecuária	Especialização
Francisco Jarismar de Oliveira	Marceneiro	Especialização
Francisco Sales de Sousa	Vigilante	Fundamental
Geneci Inacio de Lira	Vigilante	Médio
Genicleide Limeira de Sousa	Assistente em Administração	Especialização
Geroncio Sucupira Junior	Médico Veterinário	Especialização
Glecy Marques Teodoro Fragoso	Auxiliar de Biblioteca	Especialização
Hermano Oliveira Rolim	Engenheiro Agrônomo	Mestrado
Iramirton de Assis Alves	Servente de Obras	Médio
João Ferreira Neto	Auxiliar de Agropecuária	Mestrado
João Jones da Silva	Técnico em Agropecuária	Mestrado
Jobson Louis Santos de Almeida	Bibliotecária	Mestrado
José Cleidson Braga da Costa	Carpinteiro	Médio
José de Sousa Brito Filho	Assistente em Administração	Especialização
José Evânio da Costa Siebra	Médico Veterinário	Mestrado
José Sucupira Neto	Operador de Máquinas Agrícolas	Especialização
Josefa Josydeh Santana Candida	Assistente de Alunos	Especialização
Joselma Mendes de Sousa Carneiro	Técnico em Assuntos Educacionais	Especialização
Josemar Alves Soares	Assistente em Administração	Especialização
Juliana Fernandes da Costa	Assistente em Administração	Especialização
Laise Helena Andrade Lopes	Assistente em Administração	Especialização
Lane Maria de Oliveira Gadelha Souza	Nutricionista	Especialização
Luciana Araújo Leite de Andrade	Assistente em Administração	Médio

Luiz Onofre Ferreira	Carpinteiro	Médio
Manoel Alves de Freitas Neto	Operador de Máquina de Lavanderia	Médio
Manoel José de Lima	Auxiliar de Agropecuária	Médio
Maria Aparecida de Araujo Ferreira	Auxiliar de Cozinha	Médio
Maria de Fátima Duarte de Santana	Auxiliar em Assuntos Educacionais	Especialização
Maria de Fátima Figueiredo de Oliveira	Cozinheiro	Médio
Maria de Fátima Pereira Melo	Técnico em Assuntos Educacionais	Mestrado
Maria do Socorro Abrantes Fernandes	Operador de Máquina de Lavanderia	Especialização
Maria Jeusdenia Teodoro de Oliveira Casimiro	Assistente em Administração	Especialização
Maria José da Costa Soares Oliveira	Auxiliar de Biblioteca	Especialização
Maria José Marques Silva	Pedagoga	Especialização
Maria Magnólia Vieira Queiroga	Pedagoga	Especialização
Maristela Barbosa de Figueiredo	Técnico em Contabilidade	Graduação
Miguel Wanderley de Andrade	Engenheiro Agrônomo	Doutorado
Nadja Rayssa Soares de Almeida Rocha	Assistente Social	Graduação
Pascal de Sousa Rocha	Auxiliar de Enfermagem	Especialização
Patrícia Margela Fernandes Silveira	Assistente de Alunos	Especialização
Paula Severina Borges de Meireles	Técnico em Alimentos e Laticínios	Graduação
Pedro Ferreira da Silva	Técnico em Radiologia	Especialização
Pedro Lima Filho	Auxiliar de Agropecuária	Mestrado
Raimundo Teodoro de Oliveira	Servente de obras	Graduação
Ricardo Rocha Rodrigues	Médico	Especialização
Richard Weiny Aragão	Técnico de Tecnologia da Informação	Especialização
Rodrigo Formiga Leite	Médico Veterinário	Especialização
Samuel Guedes Bitu	Técnico de Laboratório	Especialização
Severino de Azevedo Maia Neto	Operador de Máquinas Agrícolas	Médio
Shanally Elias Marques	Assistente em Administração	Especialização
Sheila Cristina de Andrade Braga	Técnico em Secretariado	Graduação
Sonia Maria Soares	Auxiliar de Enfermagem	Especialização
Thiago de Alcântara Costa	Assistente em Administração	Graduação
Valderedo Alves da Silva	Operador de Máquina Copiadora	Especialização
Valter Florentino da Silva	Auxiliar de electricista	Médio
Vandelúcia de Fátima Ferreira de Sousa	Psicóloga	Mestrado
Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha	Técnico de Laboratório	Doutorado
Waldosildo Benevenuto Pinto	Administrador	Graduação
Wellita Azevedo Silva	Assistente de Laboratório	Graduação

5.8.3 Plano de Cargos e Salários e Incentivos ao Pessoal Técnico-administrativo ✓

A carreira de técnico-administrativo é regida pela Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (PCCTAE), pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e pela Constituição Federal, além da legislação vigente atrelada a essas Leis e possui o regime de trabalho de 40 horas semanais. O Instituto Federal da Paraíba tem uma política de qualificação e capacitação para os técnicos administrativos, que contempla a oferta de cursos de qualificação e atualização, além de propiciar oportunidades em cursos de pós-graduação, através de parcerias com universidades. Além disto, a implantação da Comissão Interna de Supervisão (CIS) é uma realidade no Instituto que fortalece o processo de qualificação e capacitação do servidor.

6 INFRAESTRUTURA ✓

6.1. ESPAÇO FÍSICO GERAL ✓

O quadro a seguir apresenta a estrutura física do IFPB- Campus Sousa, dividido em duas dependências: unidade sede e unidade São Gonçalo, estruturas utilizadas para o funcionamento do Curso de Licenciatura em Educação Física. Os demais quadros apresentam a relação detalhada dos equipamentos para os laboratórios.

Quadro 19 – Estrutura física do campus.

TIPO DE ÁREA	QT	ÁREA (m ²)	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Salas de aula	20	1280	Diurno/Noturno
Auditórios/Anfiteatros	03	220	Diurno/Noturno
Salas de Professores	05	240	Diurno/Noturno
Áreas de Apoio Acadêmico	10	540	Diurno/Noturno
Áreas Administrativas	37	340	Diurno/Noturno
Conveniência /Praças	05	120	Diurno/Noturno
Banheiros (W.C.)	25	600	Diurno/Noturno
Conjunto Poliesportivo	02	9.500	Diurno/Noturno
Laboratórios	27	1620	Diurno/Noturno
Biblioteca	02	600	Diurno/Noturno
Total	134	15060	

6.1.1 Infraestrutura de segurança ✓

A prevenção de lesões aos trabalhadores requer a introdução de alterações dos padrões de trabalho, tais como: a passagem de horários noturnos para diurnos, a melhoria das condições de contratação - valorizando a qualidade do serviço em detrimento do preço - e o melhorando a relação entre o docente e discente, essas medidas podem reduzir diretamente o risco de lesões. Os perigos e riscos que os professores enfrentam incluem:

- Exposição a substâncias perigosas, incluindo agentes biológicos que podem causar asma, alergias, e infecções no sangue;
- Ruído e vibração;

- Escorregamento, tropeções e quedas durante "o trabalho em piso molhado";
- Acidentes de origem elétrica provocados pelo equipamento de trabalho;
- Risco de lesões musculoesqueléticas;
- Trabalho solitário, estresse profissional, violência, e assédio moral (bullying);
- Ritmos e horários de trabalho irregulares.

6.1.2 Recursos audiovisuais e multimídia ✓

No quadro abaixo estão especificados os equipamentos audiovisuais a serem utilizados pelos professores e alunos do Curso.

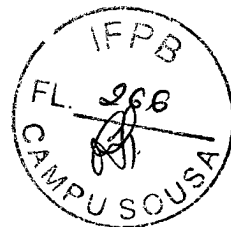
Quadro 20 - Relação de recursos audiovisuais e multimídia

TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
TV	10	Localizadas em sala de aula
Projektor multimídia	20	Localizadas e/ou disponíveis em cada sala de aula
Quadro Branco	47	Localizados em cada sala de aula e laboratórios
Lousa digital	2	Disponível também para o Curso de Licenciatura em Educação Física
Computadores	23	Distribuídos nos laboratórios do Curso

6.1.3 Manutenção e conservação das instalações físicas ✓

Corretiva – corrige falhas detectadas que prejudicam o funcionamento normal dos equipamentos. A quebra de uma máquina pode deixar outros equipamentos ociosos.

Preventiva – Tem vantagens óbvias, mas por ser um programa de implantação difícil, tem um custo elevado.



6.1.4 Manutenção, conservação e expansão dos equipamentos ✓

Atendimento

O setor que necessitar de algum dos serviços prestados pelo Setor de Manutenção e Conservação deverá solicitar o atendimento, abrindo chamada para setor de TI, no SUAP.

Manutenção

Após o diagnóstico da solicitação, o Setor de Manutenção e Conservação informará ao requerente, via e-mail, uma previsão de atendimento, esclarecendo que este ficará condicionado à disponibilidade dos materiais à execução do serviço, se necessário.

Caso o equipamento exija assistência técnica especializada, que não conste no quadro do referido setor será encaminhado para empresas que estejam aptas a prestarem serviços para o estado, cabendo àquele acompanhar e fiscalizar a qualidade dos serviços prestados, bem como os prazos de entrega e de garantia do serviço.

6.1.5 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais ✓

Desde o início de suas atividades, o IFPB, Campus Sousa tem envidado todos os esforços no sentido de promover o atendimento a pessoas com deficiência em conformidade com as diretrizes contidas no PDI da Instituição (2015–2019) tanto no tocante à estrutura física do prédio a ser construído, quanto à contratação de pessoal qualificado e à adoção de ações didáticas efetivas estabelecidas.

Dessa forma, o IFPB, em observância à legislação específica Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012, Decreto nº 8.368/2014, de 02 de dezembro de 2014, e Resolução CS nº 139/2015, de 02 de outubro de 2015, tem consolidado sua política de atendimento a pessoas com deficiência, incluindo as pessoas portadoras da síndrome do espectro autista, procurando assegurar-lhes o pleno

direito à educação para todos e efetivar ações pedagógicas visando à redução das diferenças e à eficácia da aprendizagem.

Com o objetivo de estimular e promover o desenvolvimento de atitudes e valores favoráveis à inclusão de alunos com deficiência, o IFPB- Campus Sousa implantou o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) por meio da Portaria nº 10, de 28 de março de 2012.

Assume como objetivo geral contribuir para a convivência, aceitação da diversidade e quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, garantindo o acesso, permanência e o sucesso dos alunos com deficiência. Nos objetivos específicos define a ampliação do acesso das pessoas com deficiência ao IFPB- Campus Sousa; a promoção do debate, da pesquisa, do ensino e da extensão em torno das questões relacionadas à educação inclusiva; o apoio didático-pedagógico aos alunos com deficiência e seus professores; Implantação de medidas de acessibilidade no *Campus* de forma a permitir acesso das pessoas com deficiência nos vários espaços acadêmicos e a promoção da integração entre associações, instituições de ensino e empresa para que o processo de integração ao mercado de trabalho tenha êxito real, para que as empresas e a sociedade civil passem por um processo de qualificação para enxergar a “competência ao invés da deficiência”.

Para desenvolvimento das ações, o NAPNE-Campus Sousa, conta com a participação de uma equipe multidisciplinar composta por alunos, professores, técnicos em assuntos educacionais, nutricionista, enfermeira, pedagogos, psicóloga e assistente social.

Em relação à infraestrutura, o Campus de Sousa conta com os banheiros de alunos adaptados para as pessoas com deficiência e rampas em toda a área construída do *Campus*.

O NAPNE tem trabalhado no sentido de melhorar ainda mais a acessibilidade do Campus, solicitando, junto à direção deste, a instalação de piso tátil, faixa contrastante e a adequação dos balcões de atendimento.

6.2 ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO CURSO ✕

6.2.1 Sala de professores e sala de reuniões ✕

A sala de professores é um ambiente de suporte aos professores para que possam planejar suas aulas. A sala possui mesa e cadeiras para realização de atividades ou estudos, iluminação e climatização adequadas ao tamanho da sala e ramal telefônico. Todos os professores possuem armários com divisões internas para guarda de seus pertences particulares e materiais didático-pedagógicos. Os professores têm à sua disposição nessa sala computador com acesso à Internet e impressora para impressão de seus trabalhos. Além disso, há à disposição dos docentes, equipamentos de multimídia como recurso pedagógico.

Na sala de reuniões os professores de tempo integral e tempo parcial concentram as suas atividades, como o NDE – Núcleo docente Estruturante --, as orientações de estágio supervisionado e orientações de TCC's – Trabalhos de Conclusão de Curso, bem como os projetos de extensão, de iniciação científica e as reuniões do PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. É nesse espaço também onde os estudantes e os professores se reúnem para discutir assuntos da área de ensino, pesquisa e extensão.

6.2.2 Gabinetes de trabalho para docentes ✓

Os professores do Curso Superior de Licenciatura em Educação Física têm à sua disposição gabinetes de trabalho devidamente equipados com mesa para atendimento, cadeiras, condicionador de ar, lousa, pincel atômico. Todos os ambientes atendem eficientemente em relação a espaço, ventilação, iluminação, cujas características mantêm os ambientes com acústica apropriada aos seus fins, sendo limpos diariamente e gerando, dessa forma, um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

6. 2 .3 Salas de aula ✕

O curso de Licenciatura em Educação Física dispõe de salas, destinadas para as aulas de graduação. Essas salas de aula apresentam condições satisfatórias de acústica, isolamento de ruídos, luminosidade natural e artificial, ventilação adequada e condições satisfatórias de segurança. As salas de aula estão equipadas com carteiras e cadeiras em quantidade e conservação ideais. Cada uma está equipada com quadro branco, serviço de internet, mesa com cadeira para professor, dispondo de serviço permanente de limpeza e conservação. Dispõe, ainda, de um aparelho de projeção e pontos para notebooks.

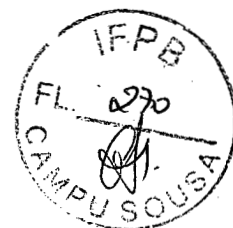
6. 2.4 Equipamentos ✓

A grande maioria dos equipamentos dos laboratórios apresenta boa condição de uso, o que é de fundamental importância à realização de aulas experimentais, resultando em uma aprendizagem significativa, a partir da prática.

6. 2.5 Acesso a equipamentos de informática pelos alunos. ✓

Os alunos dispõem de laboratório de informática e acesso à internet no campus, facilitando a pesquisa para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, o Departamento de Tecnologia da Informação fará cadastro prévio de cada aluno para que esses tenham acesso aos equipamentos de informática que estarão ligados em rede e a Internet.

6.3 BIBLIOTECA ✗



6.3.1 Apresentação ✓

A Biblioteca do IFPB Campus Sousa procura, ao longo dos anos, acompanhar as mudanças ocorridas na Instituição, ajustando-se a uma clientela cada vez mais exigente e consciente de suas necessidades informacionais.

Missão: apoiar efetivamente os processos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do IFPB, além de contribuir na formação intelectual e integral de seus usuários de forma individual e coletiva, subsidiando a Instituição no que se refere às necessidades informacionais dos seus usuários.

Público-Alvo: Atende a usuários com perfis diferenciados, composto por docentes, técnicos administrativos e discentes dos cursos: técnicos subseqüentes e integrados ao nível médio e os cursos de nível superior, bem como, a comunidade externa para consulta local. Por isso caracteriza-se como uma biblioteca multinível.

A Biblioteca do IFPB Campus Sousa exerce dois tipos de atividades: **os serviços meios**, que correspondem à formação, desenvolvimento e tratamento da coleção, tais como: seleção, aquisição, registro, indexação, classificação, catalogação, preparação física da obra para o empréstimo, organização de catálogos, preservação e avaliação das coleções; e **os serviços fins**, que tratam da circulação e uso da informação: acesso e disponibilização da coleção, disseminação da informação, orientação no uso dos recursos e serviços oferecidos pela biblioteca, busca e recuperação da informação e também consulta e empréstimo do acervo bibliográfico. São realizadas, também, elaboração de fichas catalográficas e atividades de treinamento e educação de usuários.

O sistema de classificação de acervo adotado é CDU – Classificação Decimal Universal. Está em fase de implementação o Sistema Koha para gestão de bibliotecas em todos os campi do IFPB.

6.3.2 Espaço físico ✗

No quadro a seguir, apresentamos uma descrição do espaço físico referente à biblioteca.

Quadro 21 – Estrutura física da biblioteca

INFRAESTRUTURA	Nº	Área	Capacidade	
Disponibilização do acervo		205	(1)	20000
Leitura			(2)	
Estudo individual	01		(2)	06
Estudo em grupo	01	01	(2)	50
Sala de vídeo	01	00	(2)	00
Administração e processamento técnico do acervo	01	10		
Recepção e atendimento ao usuário	01	10		
Outras: (especificar)				
Acesso à internet	20		(3)	06
Acesso à base de dados	20		(3)	06
Consulta ao acervo	03		(3)	01
TOTAL	51			103

Legenda:

Nº é o número de locais existentes;

Área é a área total em m²;

Capacidade: (1) em número de volumes que podem ser disponibilizados; (2) em número de assentos; (3) em número de pontos de acesso.

Área total:

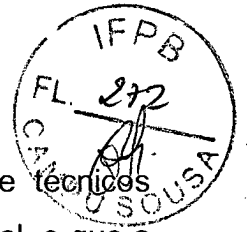
Biblioteca Central: 205m².

Biblioteca Setorial: 132m².

Os usuários atendidos pelo curso de Educação Física são atendidos prioritariamente pela Biblioteca Central, que localiza-se na Unidade São Gonçalo, local no qual as aulas do curso são ministradas.

Além dos pontos de acesso à Internet registrados no quadro acima, os usuários que possuem equipamento eletrônico próprio (tablete, smartphone, notebook) têm acesso liberado pelo wi-fi, ampliando as possibilidades de acesso.

6.3.3 Instalações para o acervo ✕



A biblioteca disponibiliza seu acervo para alunos, professores e técnicos administrativos, além de estender seu atendimento para o público em geral, o que a caracteriza como biblioteca pública. O acesso é livre às estantes. A biblioteca possui um acervo de mais de 12.000 exemplares (livros, obras de referência, teses, dissertações e monografias), além dos periódicos e material audiovisual, disseminados nas seguintes áreas: Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Engenharia e Tecnologia, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Agrárias, Linguística, Letras e Artes. O acervo está organizado de acordo com a tabela de Classificação Decimal Universal (CDU).

Segue abaixo relação dos serviços disponibilizados em relação ao acervo:

- a) Empréstimo domiciliar de documentos do acervo geral, permitido aos servidores e discentes do IFPB;
- b) Consulta de periódicos e obras de referências;
- c) Empréstimo especial, reservado a documentos considerados especiais para esta Biblioteca;
- d) Acesso ao Portal de Periódicos da CAPES;
- e) Levantamento de informações: trata-se de um levantamento das informações existentes no acervo local;
- f) Reserva de livros.

O aluno pode consultar o acervo da bibliografia básica e da complementar na própria biblioteca.

O empréstimo é pessoal e intransferível e o usuário ficará responsável por todo material registrado em seu nome. O limite de livros por usuário: cinco (05) unidades. O prazo máximo de empréstimo para **alunos e servidores é de dez(10) dias consecutivos**. O empréstimo pode ser renovado para o mesmo usuário por até três vezes, desde que não esteja reservado para outro usuário.

6.3.4 Acervo geral ✱

Os usuários da biblioteca têm acesso ao **Portal de Periódicos da Capes**, que oferece textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento.

6.3.5 Horário de funcionamento ✓

De acordo com o horário da IES, a biblioteca terá funcionamento ininterrupto das 07 até 22 horas de segunda a sexta.

Quadro 22 – Horário de funcionamento da biblioteca

DIAS DA SEMANA	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO					
	MANHÃ		TARDE		NOITE	
	INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM
Segunda a sexta-feira	7	12	12	18	18	22
Sábado	-	-	-	-	-	-

6. 3. 6 Acervo Específico para o Curso ✓

Considerando as orientações INEP e a Resolução CS nº 133/2015, de 02 de outubro de 2015, que dispõe sobre a política geral de aquisição, expansão e atualização dos acervos das bibliotecas do Instituto Federal da Paraíba. Os componentes curriculares específicos do Curso de Licenciatura em Educação Física, para cada unidade curricular, serão disponibilizados 3 (três) títulos para a bibliografia básica e 5 (cinco) títulos para a bibliografia complementar. Cada título da bibliografia básica será disponibilizado no mínimo 6 (seis) exemplares e cada título da bibliografia complementar será disponibilizado no mínimo 3 (três) exemplares.

6. 3. 6.1 Bibliografia Básica ≠

- AIRES, Margarida de Mello. Fisiologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2015. 796:612 A298f.
- ALMEIDA, Alexandre G. de. DECHECHI, Clodoaldo J. Handebol: conceitos e aplicações. São Paulo: Manole, 2011.
- ALMEIDA, Alexandre Gomes de; ARRUDA, Miguel; MARIA, Thiago Santi. Futsal: treinamento de alto rendimento. 1.ed. São Paulo: Phorte, 2009. 796.33M332f
- ALMEIDA, Geraldo Peçanha. Teorias e Prática em Psicomotricidade: jogos, atividades lúdicas. 1. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2006.
- ALONSO, H.A.G. Pedagogia da Ginástica Rítmica: teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2011. 208p.
- ALVES, Julia Falivene. Avaliação educacional: da teoria à prática. São Paulo: Ltc, 2013.
- ALVES, W. F. O trabalho dos professores: saberes, valores, atividade. 1. Ed. Campinas: Papirus, 2010.
- AMERICAN SPORT EDUCATION PROGRAM. Ensinando basquetebol para jovens. 2.ed. São Paulo: Manole, 2000. 152 p. 796.323A512e
- APOLO, A. Futsal: metodologia e didática na aprendizagem. Phorte. 2ª. 2008
- ARANHA, M. L. de A. História da educação e da pedagogia. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARENA, S. S. Exercício físico e qualidade de vida: avaliação, prescrição e planejamento. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2009.
- BARREIRO, I. M.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. Campinas: AVERCAMP, 2016.
- BARRETO, Flávio Chame. Informática Descomplicada para Educação. 1.ed. São Paulo: Érica, 2014.
- BATISTA, José Carlos; GOIS, Ana Angelica F.; GAIO, Roberta (ORGS.). A Ginástica em Questão: Corpo e Movimento. 2.ED. SÃO PAULO: PHORTE, 2011.
- BERNARDES, L.A. Atividades e Esportes de Aventura para Educação Física. 1. Ed. Phorte Editora, 2013.
- BETTI, M. Educação física escolar: ensino e pesquisa-ação. 2. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2009.

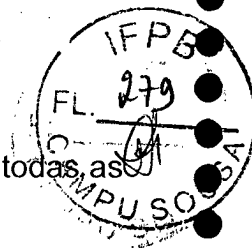
- BIZZOCCHI, C. O voleibol de alto nível: da iniciação à competição. 2a ed., São Paulo: Fazendo Arte Editorial, 2013.
- BOJIKIAN, J.C.M. Ensinando voleibol. São Paulo: Phorte editora, 2012.
- BORNAVE, Juan E. Dias. O que é comunicação. São Paulo: Brasiliense, 1998 – (Coleção Primeiros Passos).
- BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK. J. A. & GUIMARÃES, S. E. R. (Orgs.). Motivação para aprender: aplicações no contexto educativo. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2010. 254 p. 796
- BOUCHARD, Claude; MALINA, Robert M.; escimento, maturação e atividade física. phorte editora, 2009.
- BRANDAO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo. 5ª Ed. Avercamp Editora, 2015.
- BRASIL. Decreto-Lei 5626/05 – Presidência da República (www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/.../decreto/d5626.htm)
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física (1ª a 4ª série). Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BREDA, M.; GALATTI, L.; SCAGLIA, A.; PAES, R. Pedagogia do esporte aplicada às lutas. São Paulo: Phorte, 2010.
- BROCHADO, F. A. Fundamentos da ginástica artística e de trampolins. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 116 p. (Coleção Questões da nossa época). 796.1B875b
- BUENO, Jocian Machado. Psicomotricidade – Teoria e Prática: da escola à aquática. São Paulo: Cortez, 2013.
- BUENO, Wilson da Costa (Org.). Estratégias de comunicação nas mídias sociais. Série Comunicação Empresarial. 1.ed. Barueri: Manole, 2015.
- CAMPOS, L. A. S. Metodologia do ensino das lutas na Educação Física escolar. São Paulo: Fontoura, 2014.
- CANDAU, VERA MARIA; ANDRADE, MARCELO; SCAVINO, SUSANA ET ALLI. Educação em direitos humanos e formação de professores/as; São Paulo: Cortez, 2013.



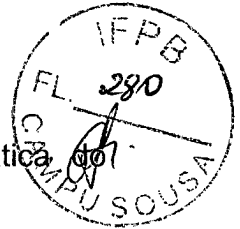
- CANDAU, Vera Maria; et al.. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. São Paulo: Cortez, 2013.
- CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (ORG.). Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas; Rio De Janeiro: DP&ALLI, 2008.
- CARVALHO, R. M. (org.). Educação Física Escolar na educação de jovens e adultos. Curitiba: Ed. CRV, 2011.
- CASTELLANI FILHO, L. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. 19.ed. Campinas: Papirus, 2015.
- CASTELLANI FILHO, L. Política Educacional e Educação Física. 2.Ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- CERVO, A. L.; SILVA, R.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. Prentice Hall Brasil, 2006.
- CHANDLER. T. J. BROWN. Lee E. Treinamento de Força para o Desempenho Humano. Artmed. 2009
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 14^a ed. São Paulo: Ática, 2010.
- COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista; SAMPIERI, Roberto Hernandez. Metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Penso - Artmed, 2013.
- COSTA, Paula Henteschel Lobo da. Natação e Atividades aquáticas. ed. Manole. São Paulo, 2009.
- COSTA, Roberto Fernandes da; GORGATTI, Marcia Greguol. Atividade física adaptada. São Paulo: Manole, 2013.
- COSTANZO, Linda. S. Fisiologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 796:612
- CUNHA, CELSO; CINTRA, LUÍS F. LINDLEY. Nova gramática do português contemporâneo. 6.ed. Rio de Janeiro: likon editorial, 2013.
- CUNHA, GILDA; EIRAS, MARGARIDA; TEIXEIRA, NUNO. Bioestatística e qualidade na saúde. 1.ed. São Paulo: lidel (BRASIL), 2011.
- DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlos Américo. Anatomia básica dos sistemas orgânicos. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2004. 796:611
- DAOLIO, Jocimar (org.). Educação física escolar: olhares a partir da cultura. 1.ed. Campinas, SP: Autores associados, 2010.

- DARIDO, S. C. Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. São Paulo: Papyrus, 2014.
- DARIDO, S. C. Educação física e temas transversais na escola. São Paulo: Papyrus, 2012.
- DARIDO, S. C. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. 2.ed. São Paulo: Guanabara, 2014.
- DARIDO, S. C. Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. São Paulo: Papyrus, 2014.
- DARIDO, Suraya Cristina (Org.). Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 292 p
- DE LA ROSA, ARMANDO FORTEZA. Treinar Para Ganhar. São Paulo: Phorte, 2004.
- DE ROSE JR, Dante. Esporte e atividade física na infância. São Paulo: Artmed, 2009.
- Decreto nº 4.281/2002; Parecer CNE/CP nº 14/2012; Parecer CNE/CP nº 2/2012; Resolução CS nº 132/2015 (pág. 38);
- Decreto nº 5.296/2004 (1º§, 4ª linha, pág. 199);
- Decreto nº 7.611/11. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências (1º§, 4ª linha, pág. 199);
- Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014 (2º§ do subitem 6.1.5, 2ª linha, pág. 228);
- DELIA, L. O. Guia completo de treinamento funcional. Phorte. 1º. 2013
- DIAS, G.F. Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental. 12. Ed. São Paulo: Global Editora, 2012.
- DINA, J. P. Educação Física cuida do corpo e... mente. 26.ed. Campinas: Papyrus, 2012.
- DRAKE, Richard; VOGL, A. Wayne; MITCHELL, Adam W. M. GRAY'S Anatomia clínica para estudantes. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- DREWETT, Jim. Basquete – guia passo a passo. 1.ed. São Paulo: Zastras, 2009.
- DUMAZEDIER, Joffre. Sociologia Empírica do Lazer. 2.Ed. Rio De Janeiro: Perspectiva, 2004.
- EHRET, Arno. et al. Manual de handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo: Phorte, 2008.

- ESTRELA, CC. Metodologia Científica: Ciência, Ensino, Pesquisa. Artes Médicas, 2005.
- FALKENBACH, Atos Prinz. Inclusão: perspectivas para as áreas da educação física, saúde e educação. Rio de Janeiro: Fontoura, 2010.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Pensadores sociais e história da educação. 2ª Ed. Autentica Editora, 2008.
- FENSTERSEIFER, Paulo Everaldo. A educação física na crise da modernidade. Ijuí-RS: Editora da Unijuí, 2001.
- FERNANDES, Eulália. Linguagem E Surdez. 1 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2003
- FERNANDES, J. L. Atletismo: corridas. 3ª ed. São Paulo: EPU, 2006.
- FERNANDES, J. L. Atletismo: os saltos. 3ª ed. São Paulo: EPU, 2006.
- FERREIRA, C. A. Psicomotricidade escolar. 1. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.
- FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (Org.). Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia; João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.
- FLECK, S. J. KRAEMER, W. J. Fundamentos do treinamento de força muscular. Artmed. 3º. 2006.
- FLEGEL, Melinda J. Primeiros Socorros no Esporte. 5. ed. São Paulo: Manole, 2015.
- FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FLOYD, R. T. Manual de Cinesiologia Estrutural. Manole. 16ª. 2011
- FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem. 1. ED. PORTO ALEGRE: ARTMED, 2008.
- FONTOURA, A. S. da; FORMENTIN, C. M.; ABECH, E. A. Guia prático de avaliação física: uma abordagem didática, abrangente e atualizada. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2013.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 52. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. História social da educação no Brasil (1926-1996). Editora Cortez, 2009.



- GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. Educação física desenvolvimentista para todas as crianças. São Paulo, SP: Phorte, 2008.
- GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2005.
- GARTNER, L. P.; HIATT, J. L. Atlas colorido de histologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 611.018G244a
- GHIRALDELLI JR., Paulo. O corpo: filosofia e educação. 1 ed. São Paulo: Ática, 2007.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da educação brasileira. 5ª Ed. Editora Cortez, 2016.
- GIACAGLIA, MARIA CECÍLIA. Organização de eventos: teoria e prática. 1.ed. São Paulo: Thompson pioneira, 2003.
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.
- GLANTZ, STANTON A.; BRUM, FERNANDA THIESEN; CARLUCCI, MARCOS BERGMANN. Princípios de bioestatística. 7.ed. [São Paulo]: mcgraw hill, 2014.
- GOES, Maria Cecília Rafael. Linguagem, surdez e educação. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- GOMES, A.C. Treinamento desportivo: estruturação e periodização. 2ª ed. Artmed, 2009.
- GRECO, Camila Coelho. Aspectos Fisiológicos e Técnicos da Natação. 1ª Ed. Guanabara, 2011.
- GRECO, Pablo Juan. ROMERO, Juan J. F. Manual do handebol: da iniciação ao alto nível. São Paulo: Phorte, 2012.
- GREGUOL, M.; COSTA, R. F. da. Atividade física adaptada: qualidade de vida de pessoas com necessidades especiais. Barueri: Manole, 2013.
- GUIRALDELLI JR, Paulo. O corpo: filosofia e educação. São Paulo: editora Atica, 2008.
- GUYTON, Arthur C; HALL, John E. Tratado de fisiologia medica. 12.ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011. 796:612G992t
- GUZMAN, Rubben J. Natação: exercícios e técnicas para melhoria do nado. São Paulo: Manole, 2008.
- HALL, Susan. Biomecânica Básica. Guanabara Koogan. 6ª. 2013



- HAMILTON N.; WEIMAR W.; LUTTGENS K. Cinesiologia Teoria e Prática do Movimento. Guanabara Koogan, 12ª, 2013.
- HEYWARD, V. H. Avaliação física e prescrição de exercícios: técnicas avançadas. 6.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2013.
- HUIZINGA J. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. 8.ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2014.
- HUNGER, DAGMAR; SOUZA NETO, SAMUEL DE; DRIGO, ALANDRE J. (ORGS.). A educação física e seus desafios: formação, intervenção e docência. 1. ED. CURITIBA: ED. CRV, 2011.
- IBGE, 2011 conforme citada na página 14, Quadro 02 – Produto Interno Bruto per capita do Brasil, Nordeste e Paraíba.
- IDEME, 2001 (pág. 16);
- JUNIOR, E.F.C. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. 1. Ed. Paraná: do Livro Técnico, 2012.
- JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Histologia básica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 538 p. 611.018J94h
- KAMEL, Dilson. Noções de nutrição e psicologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1978.
- KARREN, KEITH, ET AL. Primeiros Socorros para Estudantes. 10.ED. SÃO PAULO: MANOLE, 2013.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (Org.). Diálogos com a Diversidade: desafios da formação de educadores na contemporaneidade. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- KISHIMOTO, T. M. (org.) O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira / Thomson Learning, 2002.
- KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação. 1.ed. Curitiba, PR: Ed. Intersaberes, 2014.
- KREBS, Ruy Jornada; FERREIRA NETO, Carlos Alberto. Tópicos em desenvolvimento motor na infância e adolescência. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2007.

- LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta K. de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 24. ed. São Paulo: Summus, 1992. 117 p. 159.9L111p
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do Trabalho Científico. 7ed. Atlas Editora, 2015.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura - um conceito antropológico. 16º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.
- LEHNINGER, Albert L.; NELSON, D.L.; COX, M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 6.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014. 577.1N425p
- Lei nº 10.048/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências (1º§, 4ª linha, pág. 199);
- Lei nº 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (1º§, 5ª linha, pág. 199);
- Lei nº 10.436/02. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências (1º§, 5ª linha, pág. 199);
- Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação (1º§, do subitem 5.7.3, 1ª linha, pág. 224);
- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (1º§ do subitem 5.6.7, 6ª linha, pág. 218, 1º§, do subitem 5.7.3, 2ª linha, pág. 224);
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed., São Paulo: Cortez, 2012. 543 p. (Coleção Docência em Formação).
- LOVISARO, M. A Psicomotricidade Aplicada na Escola: Guia Prático de Prevenção das Dificuldades da Aprendizagem. 2. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MALHEIROS, Bruno Taranto. Metodologia da pesquisa em educação. São Paulo: LTC, 2011.

- MARCELLINO, N. C. Lazer e educação. 17.ed. Campinas: Papyrus, 2014.
- MARCELLINO, N. C. Pedagogia da animação. 10.ed. Campinas: Papyrus, 2013.
- MARQUES, Isabel A. Dançando na escola. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MATIAS, Marlene. Planejamento, organização e sustentabilidade e em eventos: culturais, sociais e esportivos. 5º ed. editora Manole. São Paulo, 2011.
- MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. Atlas editora, 2012.
- MATTHIESEN, S. Q. Atletismo: teoria e prática. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2007.
- MATTOS, Mauro Gomes de; BLECHER, Shelly; ROSSETTO JUNIOR, Adriano Jose. Metodologia da pesquisa em educação física. 3ed. São Paulo: Phorte editora, 2008.
- MCARDLE, W. D.; KATCH, F. I. e KATCH, V. L. Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: 7ª Ed., Guanabara Koogan, 2011.
- McARDLE, Willian. KACHT, Frank I. KACHT, Victor L. Nutrição para o Esporte e o Exercício. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 598p.
- MEDINA, J. P. Educação Física cuida do corpo e mente. 25.ed. Campinas: Papyrus, 2010.
- MOORE, Keith L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. Moore anatomia orientada para a clínica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 796:611M
- MOORE, Keith L.; MOORE, Keith L.; PERSAUD, T. V. N.; TORCHIA, Mark G. Embriologia básica. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 796:612.64M
- MUNHOZ, ROSÂNGELA. Inglês instrumental – módulo 1. 1º ed. São Paulo: tto novo, 2000.
- MUNHOZ, ROSÂNGELA. Inglês instrumental – módulo 2. 1º ed. São Paulo: tto novo, 2001.
- NAHAS, Markus Vinícius. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. Londrina: Midiograf, 2013
- NANNI, D. Dança educação: pré-escola a universidade. 5. ed. Rio de Janeiro: SPRINT, 2001.
- NANNI, D. Dança-educação: princípios, métodos e técnicas. 5.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.

- NEIRA, M. G. Educação Física. São Paulo: Blucher, 2012. V. 8 (Coleção A reflexão e a prática no ensino)
- NEIRA, M. G. Educação Física: desenvolvendo competências. 3.ed. São Paulo: Phorte, 2009.
- OLIVEIRA, P. R. de. Periodização Contemporânea do Treinamento Desportivo. São Paulo, Phorte, 2007.
- PAES, Roberto Rodrigues; MONTAGNER, Paulo Cesar; FERREIRA, Henrique Barcelos. Pedagogia do esporte: iniciação e treinamento em basquetebol. 1.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 175 p. 796.323P126p
- PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. 3. Ed. São Paulo: Ática, 2008.
- PEREIRA, Mauricio Gomes. Epidemiologia: teoria e prática. 1.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
- PEREIRA, S.; SOUZA, G. Educação Física Escolar: Elementos Para Pensar a Prática Educacional. 1. Ed. São Paulo: Phorte, 2011.
- PICONEZ, S. C. A prática de ensino e o estágio. 10.ed. Campinas (SP): Papirus, 2004.
- PICONEZ, Stela C. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. 24.Ed. São Paulo: PAPIRUS, 2015.
- PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- PIMENTA, Selma G. Saberes pedagógicos e atividade docente. 8º Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PLATONOV, V.N. Tratado geral de treinamento desportivo. São Paulo, Phorte, 2007.
- PLOWMAN, S. A.; SMITH, D. L. Fisiologia do Exercício para Saúde, Aptidão e Desempenho. Rio de Janeiro: 2ª Ed., Guanabara Koogan, 2010.
- POIT, DAVI RODRIGUES. Organização de eventos esportivos. 5.ed. São Paulo: phorte editora, 2013.
- Portaria nº 10, de 28 de março de 2012 (1º§, 4ª linha, pág. 229);
- Portaria nº 148/2001 – GD de 22/05/2001 (1º§, 2ª linha, pág. 219);
- Portaria nº 170, de 14 de dezembro de 2015 (1º§, 5ª linha, pág. 211);
- Portaria nº 171, de 14 de dezembro de 2015 (pág. 210);

Portaria nº 4.059, de 10 de Dezembro de 2004 (2º§ do subitem 2.3.7, 3ª linha, pág. 44);

QUADROS, Ronice Muller de. KARNOPP. Lodenir Becker. Estudos Linguísticos: Língua de Sinais Brasileira, Porto Alegre. Artmed, 2004

RAMOS, J. J. Os exercícios físicos na história e na arte. São Paulo: Ibrasa, 1983.

Resolução *Ad Referendum* nº 31, de 21 de novembro de 2016. Dispõe sobre o Regimento Didático dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal da Paraíba.

Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 e Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007 (2º§ do subitem 2.3.7, pág. 44);

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 a qual institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (pág. 42);

Resolução CNE/CP nº 1/2012 (pág. 40, pág. 41);

Resolução CNE/CP nº 27/2001 (1ª linha, pág. 175);

Resolução CONSUPER/IFPB nº 141/2015 (1ª linha, pág. 210);

Resolução CONSUPER/IFPB nº 142/2015 (2º§, 2ª linha do subitem 5.3.3, pág. 198);

Resolução CONSUPER/IFPB nº 143/2015 (2º§, 2ª linha, pág. 189, 1º§, 1ª linha, pág. 211);

Resolução CS nº 133, de 02 de outubro de 2015 (1º§ do subitem 6.3.8, 1ª linha, pág. 236);

Resolução CS/IFPB nº 10, de 8 de Fevereiro de 2012 (1º§, 2ª linha, pág. 176);

RESOLUÇÃO IFPB/CS Nº 87, DE 18 DE MAIO DE 2012, que dispõe sobre a utilização do Nome Social de Travestis e Transexuais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Resoluções CS/IFPB nº 03A e nº 03C (pág. 191), nº 03D (pág. 192), nº 03E/2009 (1º§, 4ª linha, pág. 182);

ROUQUAYROL, Maria Zelia; GURGEL, Marcelo. Epidemiologia e saúde. Medbook, 2012.

RUBIO, Kátia. Esporte, educação e valores olímpicos. 1.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

- RUFINO, L. G.; DARIDO, S. O ensino das lutas na escola: possibilidades para a Educação Física. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- SANTOS, Ednei Fernando dos. Manual de Primeiros Socorros da Educação Física aos esportes. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed. Interciencia, 2014. 796:614.8S237m
- SCHMIDT, Richard A.; WRISBERG, Craig A. Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- SCHWARTZ, G. M. Atividades recreativas. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004
- SILVA, Osni Oliveira Noberto da. Formação profissional em Educação Física no Brasil. Paco Editora, 2015.
- SOLER, R. Educação Física inclusiva na escola: em busca de uma escola plural. São Paulo: Sprint, 2012.
- SOLER, Reinaldo. Educação Física Inclusiva Na Escola. Editora Sprint, 2005.
- SUVOROV, Y.P. & GRISHIN, O.N. Voleibol: Iniciação. Rio de Janeiro: Sprint, 2010.
- TANI, Go. Comportamento motor: aprendizagem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- TEIXEIRA, Luzimar. Atividade física adaptada e saúde. São Paulo: Phorte editora, 2008.
- VARGAS, L. A. M. Escola em dança: movimento, expressão e arte. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- VEIGA, Ilma P.; AMARAL, A. Formação De Professores: Políticas E Debates. 5.Ed. Campinas: Papyrus, 2014.
- VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). Lições de didática. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 2012.
- VIEIRA, Sonia. Introdução à bioestatística. 4ª ed. São Paulo: Elsevier, 2008.
- VOET, Donald; VOET, Judith G.; PRATT, W. Charlotte. Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular. 4.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014. 577.1V876f
- VOZER, Rogério da C. Futsal: princípios técnicos e táticos. ULBRA. 4ª. 2014.
- WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. Metodologias da pesquisa qualitativa em educação. Vozes, 2010.
- WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. Fisiologia do esporte e do exercício. Editora Manole, 5ª ed., 2013.

ZABALA, Antoni. A Prática educativa: como ensinar. 1.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

6. 3. 6. 2 Bibliografia Complementar

AGOSTINI, Bárbara R.; NOVIKOVA, Larissa A. Ginástica Rítmica: Do Conto Educacional à Iniciação ao Alto rendimento. JUNDIAÍ: FONTOURA, 2015.

AGUIAR, C. M. Educação e saberes: correlação com a natureza e cultura. São Paulo: Guanabara Koogan, 2010.

ALBUQUERQUE, Luis Rogério de. Handebol – da preparação a iniciação desportiva. 1ª edição. Editora EDIPUCRS – PUC RS. Porto Alegre, 2013.

ALMEIDA FILHO, Naomar de; BARRETO, Mauricio L. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

PADUA, Elisabete Matallo M. de. Metodologia da pesquisa. 17.ed. São Paulo: Papirus, 2014.

ALMEIDA, Alexandre Gomes de. ARRUDA, Miguel. MARIA, Thiago Santi. Futsal: treinamento de alto rendimento. Phorte. 1ª. 2009

ALVES, Magda. Como escrever teses e monografias. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier editora, 2006.

ALVES, W. F. O trabalho dos professores: saberes, valores, atividade. Campinas: Papirus, 2010.

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE (ACSM). Manual do ACSM para avaliação da aptidão física relacionada à saúde. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

ANDRIEU, Bernard. A nova filosofia do corpo. São Paulo: Instituto Piaget, 2009.

ANTUNES, Marcelo M.; ALMEIDA, José Júlio. Artes marciais, lutas e esportes de combate na perspectiva da educação física: reflexões e possibilidades. Curitiba: crv, 2016

APPOLINARIO, F. Dicionário de Metodologia Científica - Um Guia. Atlas Editora, 2011.

AQUINO, J. G. Diferenças e preconceito na escola. São Paulo: Summus, 1998.

ARANGO, HECTOR GUSTAVO. Bioestatística - teórica e computacional. 3.ed. Rio de Janeiro: guanabara, 2009.

- ARANHA, M. L. de A. História da educação e da pedagogia. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- AYOUB, E. Ginástica geral e Educação Física Escolar. Campinas: Ed. Unicamp. 2007.
- BAIANO, A. Sistemas e Táticas. Rio de Janeiro: sprint, 2009.
- BALDWIN, K. M.B., GEORGE A. F., THOMAS, D. Fisiologia do Exercício: bioenergética humana e suas aplicações. 4ª Ed, Phorte, 2014.
- BARBOSA, A. F. (Coord.) TIC Educação 2013: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras [livro eletrônico]. 1ª ed. São Paulo (SP): Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.
- BARBOSA, C. L. Educação Física e didática: um diálogo possível e necessário. 1.ed. São Paulo: Vozes, 2010.
- BARBOSA, Cláudio Luis de de A. Ética na Educação Física. São Paulo: Vozes, 2013.
- BARBOSA, R.P, BARSANO, P.R. Meio Ambiente: guia pratico e didático. São Paulo: Editora Erica, 2012.
- BARRETO, D. Dança: ensino, sentidos e possibilidades na escola. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia Científica. Makron, 2007.
- BIOTO-CAVALCANTI, Patricia Ap. História da educação brasileira. Editora Autores Associados, 2013.
- BOAL, Augusto. Jogos para todos atores e não-atores. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. 796.1B662j
- BOAVENTURA, Edivaldo. Metodologia da pesquisa. São Paulo: Atlas editora, 2004.
- BORSARI, J. R. Voleibol. Aprendizagem e treinamento, um desafio constante. São Paulo: EPU, 1989.
- BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK. J. A. & GUIMARÃES, S. E. R. (Orgs.). Motivação para aprender: aplicações no contexto educativo. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2010. 254 p.
- BOURCIER, P. História da dança no Ocidente. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CONE, T. P.; CONE, S. Ensinando dança para crianças. 3.ed. Barueri: Manole, 2015.
- BOYLE, M. Avanços no Treinamento Funcional. 1ª. Ed. São Paulo. Artmed, 2015.

BRANDAO, Flaviá. Dicionário ilustrado de libras. 1. Ed. São Paulo: Global editora, 2011.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Conselho Nacional de Educação, maio 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/12a-conferencia-nacional-de-direitos-humanos/educacao-em-direitos-humanos/caderno-de-educacao-em-direitos-humanos-diretrizes-nacionais>

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. V.3

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física (5ª a 8ª série). Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física (1ª a 4ª série). Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3. Vol.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física (1ª a 4ª série). Brasília: MEC/SEF, 1997.

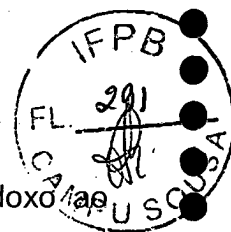
BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH-MEC-MJUNESCO, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Base Nacional Curricular Comum (versão preliminar). Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2015.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Base Nacional Curricular Comum (versão preliminar). Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2015.

- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEE, 1998.
- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio – linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMT, 2000.
- CAMPOS, ROSELI. Bioestatística: coleta de dados, medidas e análise de resultados. 1. ed. São Paulo: editora erica, 2014.
- CANDAU, Vera, SACAVINO, Susana. Educar em Direitos Humanos construir democracia. DP&A. Rio de Janeiro, 2000.
- CANETTI, MARCELO DOMINGUES. ALVAREZ, FERNANDO SUAREZ. Manual Básico de Socorro de Emergência. ATHENEU. 2ª ED. 2007.
- CAPOVILLA, Fernando Cesar; MAURICIO, Aline Cristina; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Novo deit-libras. 3. Ed. São Paulo: edusp, 2013. 2 v.
- CARLSON, Bruce M. Embriologia humana e biologia do desenvolvimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 505 p. 796:612.64C284e
- CARVALHAL, Maria Isabel Mourão; COELHO, Eduarda Maria Castro. Obesidade Infantil e Atividade Física. Editora CRV, 2013.
- CASTRO, M.R.; GONZALEZ, W.; FERREIRA, G. Metodologia da pesquisa em educação. Marsupial Ed., 2013.
- CAVALLARI, G. Manual de Trekking & Aventura: equipamentos e técnicas. 1. Ed. Minas Gerais: Editora Kalapalo, 2008.
- CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. Metodologia científica. Prentice Hall Brasil, 2006.
- CESCA, CLEUSA G. GIMENEZ. Organização de eventos - manual para planejamento e educação. 9º edição. P.200. ed. summus, 2008.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 14ª ed. São Paulo: Ática, 2010.
- CHEHUEN NETO, José Antonio. Metodologia da pesquisa científica - da graduação a pós-graduação. Editora CRV, 2012.

- COCHARD, Larry; NETTER, Frank H (II.). Netter atlas de embriologia humana. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- COLL, C. et al. O construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática, 2006.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (orgs.) Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. Vol. 3.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. Atletismo: Regras oficiais de competição. Editora Phorte. 1ª edição. São Paulo, 2012.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. Regras Oficiais do Atletismo. Editora Sprint. São Paulo, 2000.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. Regras Oficiais de Voleibol. Rio de Janeiro: Sprint, 2004- 2011.
- COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fatima Barrozo da. Metodologia da pesquisa - conceitos e técnicas. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.
- COSTE, Jean Claude. A psicomotricidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- COX, Joyce; LAMBERT, Joan. Microsoft Power Point 2010 – Passo a Passo. 1.ed. Porto Alegre, RS: Bookman Companhia Ed., 2012.
- COZAC, João Ricardo Lebert. Psicologia do esporte. 1. ed. São Paulo: ROCA, 2014.
- DAIUTO, Moacyr. Basquetebol – metodologia do ensino. 6.ed. São Paulo: Editora Hemus, 1991. 284 p.
- DARIDO, S. C. RANGEL, I. C. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- DARIDO, S. C. Educação física e temas transversais na escola. São Paulo: Papyrus, 2012.
- DARIDO, S. C. Educação Física na escola: questões e reflexões. 1. ED. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003
- DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA Jr, Osmar M. de. Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. 7.ed. São Paulo: Papyrus, 2014. 349 p.
- DE LA ROSA A. F. de. Treinamento Desportivo: Carga, Estrutura e Planejamento. 2ª ed. São Paulo, Phorte, 2009.



- DE LA ROSA A. F. de; FARTO, E. R. Treinamento Desportivo: Do Ortodoxo Contemporâneo. São Paulo, Phorte, 2007.
- DE ROSE Junior, Dante; TRICOLI, Valmor (Orgs.). Basquetebol: uma visão integrada entre ciência e prática. 1.ed. São Paulo: Manole, 2010. 225 p. 796.323B316
- DÍAZ BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino-aprendizagem. 33.ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 357
- DIB, Claudio Zaki. Primeiros Socorros: um texto programado techne. 1. ed. São Paulo: E.P.U, 1978. 796:614.8D555p
- DIEHL, R. M. Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência. 2.ed. São Paulo: Phorte, 2008.
- DUARTE, Edison; MOLLAR, Thais Helena; ALVES, Maria Luiza T. Educação física escolar: atividades inclusivas. 1. Ed. São Paulo: Phorte, 2013.
- DUMAZEDIER, J. Sociologia empírica do lazer. 2.ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2004.
- EDISON, D.; MOLLAR, T.; ALVES, M. Educação Física Escolar: atividades inclusivas. São Paulo: Phorte, 2013.
- EMICO OKINO, LUCIANO FRANTIN. Desvendando a Física do Corpo Humano. Manole. 2008
- FAGUNDES, Gustavo M.; FRAUCHES, Celso Da Costa. LDB anotada e comentada. Digital Books Ebook, 2013.
- FALCÃO, L. F. DOS REIS – Primeiros Socorros. EDITORA MATINARI. SÃO PAULO, 2010
- FARIAS, GELCEMAR OLIVEIRA; FOLLE, ALANDRA; BOTH, JORGE. Educação física: formação e regulamentação profissional. Argos, 2012.
- FENSTERSEIFER, Paulo Everaldo. A educação física na crise da modernidade. Ijuí-RS: Editora da Unijuí, 2001.
- FERMÁNDEZ, M. D.; SAÍNS, A. G.; GARZÓN, M. J. C. Treinamento Físico-Desportivo e Alimentação. 2ª ed. Artmed, 2003.
- FERREIRA, Carlos Alberto de M.; RAMOS, Maria Inês B. Psicomotricidade, Educação Especial e Inclusão Social. 2.Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

- FERREIRA, Haroldo. Redação de trabalhos acadêmicos nas áreas das ciências biológicas e da saúde. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.
- FERREIRA, Maria Cecília. Informática Aplicada. Série Eixos - Informação e Comunicação. 1.ed. São Paulo: Érica, 2014.
- FERREIRA, Ricardo Lucena. Futsal e a iniciação. Sprint. 7^a
- FERREIRA, V. Educação Física: interdisciplinaridade, aprendizagem e inclusão. São Paulo: Sprint, 2010.
- FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. Fisiologia do Exercício – Teoria e Prática. Rio de Janeiro: 1^a Ed, Guanabara Koogan, 2013.
- FONSECA, Paulo Henrique Santos da. Promoção e avaliação da atividade física em jovens. 1. ed. São Paulo: Phorte Editora, 2012.
- FONSECA, Regina Celia Veiga da. Metodologia do Trabalho Científico. IESDE, 2007.
- FONTELLES, MAURO JOSÉ. Bioestatística aplicada à pesquisa experimental. 1.ed. São Paulo: editora livraria física, 2012.v.1.
- FORTES, WALDYR GUTIERREZ; SILVA, MARIÂNGELA BENINE RAMOS. Eventos – estratégias de planejamento e execução. 1.ed. São Paulo: summus editorial, 2011
- FOSS, M. L., KETTEYIAN, S. J. Bases Fisiológicas do Exercício e do Esporte. Rio de Janeiro: 6^a Ed, Guanabara Koogan, 2000.
- FOSTER, C.; MAUD, P. J. Avaliação fisiológica do condicionamento físico humano. 2. ed. São Paulo: Phorte Editora, 2009.
- FRANKLIN, E. Condicionamento físico para dança. Barueri: Manole, 2012.
- FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro. São Paulo: Scipione, 2010.
- FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 27 Ed. Rio De Janeiro: Paz E Terra, 2003.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43^a São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.
- FRIEDMANN, A. Arte de brincar: brincadeiras e jogos tradicionais. 10ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- GALLARDO, J. Prática de ensino em Educação Física: a criança em movimento. São Paulo: FTD, 2011.

- GARTNER, L. P.; HIATT, James L. Atlas colorido de histologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 494 p..
- GAUVREAU, KIMBERLEE; PAGANO, MARCELO. Princípios de bioestatística. 1.ed. São Paulo: thonson pioneira / cengage learning, 2003.
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.
- GÓIS JÚNIOR, E.; SIMÕES, J.L. História da Educação Física no Brasil. Recife: EDUFPE, 2011.
- GOMES, Antonio Carlos. SOUZA, Juvenilson de. Futebol: treinamento desportivo de alto rendimento. Artmed. 2008
- GONZÁLEZ, F. J.; FRAGA, A. B. Afazeres da Educação Física na escola: planejar, ensinar, partilhar. Erechim: Edelbra, 2012.
- GONZÁLEZ, F. J.; SCHWENGBER, M. S. Práticas pedagógicas em Educação Física: espaço, tempo e corporeidade. Erechim: Edelbra, 2012.
- GORLA, J. I. CAMPANA, M. B. OLIVEIRA, L. Z. de. (Orgs.). Teste e avaliação em esporte adaptado. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2009.
- GORLA, J. I. Educação Física Adaptada - O Passo a Passo da Avaliação. 2ª ED. Phorte Editora, 2013.
- GREGUOL, Márcia; COSTA, Roberto F. Da atividade física adaptada: qualidade de vida de pessoas com necessidades especiais. 3. Ed. Barueri: Manole, 2013.
- GUERRA, Jorge. Basquete: aprendendo a jogar. 1.ed. Bauru, SP: Editora Idea, 2001. 64 p.
- GUIRALDELLI Jr, Paulo. O corpo: filosofia e educação. São Paulo: Editora Ática, 2008.
- GUYTON, Arthur C; HALL, John E. Fundamentos de fisiologia. 12.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 728 p. 796:612G992f
- HABERMANN, Josiane Conceição Albertini. As normas da ABNT em trabalhos acadêmicos. São Paulo: Globus editora, 2009.
- HALL, Susan. Biomecânica Básica. 5. ed. São Paulo: Manole, 2009.
- HAMIL, J. KNUTZEN K. M. Bases Biomecânicas do movimento humano. Manole. 3ª. 2012

- HARVEY, Richard A.; FERRIER, Denise R. Bioquímica ilustrada. 5. Ed. São Paulo: Artmed, 2012. 577.1H341b
- HAYWOOD, Kathleen; GETCHELL, Nancy. Desenvolvimento motor ao longo da vida. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.
- HELMAN, Cecil G. Cultura, saúde e doença. Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.
- HIMES, Emmett. Natação para condicionamento físico: 60 sessões de treinamento para velocidade, resistência e técnica. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2009.
- HIRSCHBRUCH, M.D., CARVALHO, J.R. de. Nutrição Esportiva: uma visão prática. 3. ed. Barueri: Malone, 2014.
- HOLEY JR., LEONARD H. Marketing de eventos: como promover com sucesso eventos, festivais, convenções e posições. 1.ed. São Paulo: editora atlas, 2003.
- HORA, Dinair Leal. Gestão democrática na escola. 11. ed. São Paulo: Papyrus, 2014.
- JAMIESON, D. Ética e Meio Ambiente: uma introdução. 1. Ed. São Paulo: Senac, 2010.
- JARDILINO, J. R.; ARAÚJO, R. M. Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas. São Paulo: Cortez, 2011.
- JESUS, SUZANA C. No campo da educação escolar indígena. Curitiba: Appris, 2015.
- JÚNIOR, José Marques Novo. Atividade Física e Fatores Relacionados: Uma Abordagem Multiprofissional. CRV, 2014.
- KALL, Martini. O handebol. Editora Europa-América. 1ª edição. Portugal, 1983.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (Org.). Diálogos com a diversidade: desafios da formação de educadores na contemporaneidade. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- KEESING, R. M.; STRATHERN, A. J. Antropologia Cultural. 1.ed. São Paulo: Vozes, 2014.
- KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- KNIJNIK, Jorge Dorfman. Handebol. 2ª edição. Editora Odysseus, São Paulo, 2009.
- KOEPPEN, Bruce M.; STANTON, Bruce A. Berne & Levy fisiologia. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 796:612K78b

- KREBS, Ruy Jornada; FERREIRA NETO, Carlos Alberto. Tópicos em desenvolvimento motor na infância e adolescência. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2007. 258 p
- KRÖGER, C.; ROTH, K. Escola da Bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos. São Paulo: Phorte, 2002.
- KRUG, Dircema F. MAGRI, Patrícia E. F. Natação: Aprendendo para Ensinar. São paulo: all print.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica - 7ª Ed. Atlas, 2010.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. Atlas Editora, 2011.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Do Trabalho Científico. ATLAS Editora, 2007.
- LAMBERT, Eda Gomes. Guia Prático de Primeiros Socorros. Ed Rideel, 2013.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 22. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. ISBN:
- LE BOULCH, J. Educação psicomotora: a psicocinética na idade escolar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1988
- LENT, ROBERTO. Cem Bilhões De Neurônios - conceitos fundamentais ATHENEU. 2. 2010.
- LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOREIRA, W. W. (org.). Educação Física/Esporte: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papyrus, 1995.
- LUONGO, Jussara. Tratado de Primeiros Socorros. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2014. 796:614.8T776
- MACHADO, Afonso Antonio; BRANDÃO, Maria Regina Ferreira. Aspectos psicológicos do rendimento esportivo. 1.ed. São Paulo: Atheneu Editora, 2008. v.2 (Coleção Psicologia do esporte e do exercício).
- MACHADO, David C. Natação – Iniciação ao Treinamento. 1ª ed. EPU, 2006.
- MACLEOD, Ian. Anatomia da natação. São Paulo: Manole, 2010.

- MAGILL, Richard A. Aprendizagem motora: conceitos e aplicações. São Paulo: Blucher, 2000.
- MANOEL, E. J. et al. Educação física escolar: princípios de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU, 1989.
- MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer: uma introdução. 5.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e recreação: repertório de atividades por fases da vida. 3.ed. Campinas: Papyrus, 2015.
- MAREGA, Marcio; CARVALHO, Jose Antônio Maluf de. Manual de Atividades Físicas para Prevenção. Elsevier Editora, 2012.
- MARIANO, C. Educação Física. O atletismo no currículo escolar. 2º edição. Editora Wak. São Paulo, 2012.
- MARONEZE, Sérgio. Basquetebol - manual de ensino. 2.ed. São Paulo: Ícone, 2013. 144 p.
- MARQUES, I. Ensino de dança hoje: textos e contextos. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MATTHIESEN, S. Q. Atletismo se aprende na escola. Editora Fontoura. Rio de Janeiro, 2009.4.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Editora Cosac Naif, 2008.
- MCARDLE, W. D.; KATCH, F. I. E KATCH, V. L. Fundamentos de Fisiologia do Exercício. Rio de Janeiro: 2ª Ed, Guanabara Koogan, 2002.
- MEIRELLES, R. Giramundo: e outros brinquedos e brincadeiras dos meninos brasileiros. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2008. 796.1M514g
- MELO, Rogerio Silva de. Futsal 1000 Exercícios. Sprint. 6ª. 2008
- MELO, V. A. A animação cultural: conceitos e propostas. Campinas: Papyrus, 2006.
- MIZUKAMI, Maria da G. N. Ensino, as abordagens do processo. 11.ed. São Paulo: LTC, 2012.
- MONTEIRO, F. Educação Física Escolar e jogos cooperativos – uma relação possível. São Paulo: Phorte, 2012.

- MOORE, Keith L.; PERSAUD, T. V. N.; TORCHIA, Mark G. Embriologia clínica. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 796:612.64M
- MOREIRA, M. A. Aprendizagem Significativa. São Paulo: Livraria da Física, 2012.
- MOREIRA, W. W. (org.). Educação Física/Esporte: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papyrus, 1995.
- MOREIRA, W.; SIMÕES, R.; MARTINS, I. Aulas de Educação Física no ensino médio. Campinas: Papyrus, 2012.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOTTA, Valter T. Bioquímica Clínica para o Laboratório. 5. ed. São Paulo: Medbook, 2009. 796:577.1M921
- MURAD, Mauricio. Sociologia e educação física: diálogos, linguagens do corpo, esportes. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 203 p. 796:316M972s
- MUTTI, Daniel. Futsal: Da Iniciação ao Alto Nível. Phorte. 2ª. 2003.
- NASTARI, R. Interações: Educação Física lúdica. São Paulo: Blucher, 2012.
- NATIONAL STRENGTH AND CONDITIONING ASSOCIATION (NSCA). Manual de Técnicas de Exercício para o Treinamento de Força. Artmed. 2º. 2010
- NEIRA, M. G. Educação Física: desenvolvendo competências. 3.Ed. São Paulo: Phorte, 2009.
- NEIRA, M. G. Ensino de Educação Física. São Paulo: Cengage Learning, 2007.
- NETTER, Frank H. Atlas de anatomia humana. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 796:611N474a
- NEVES, MARCOS FAVA; PAIVA, HÉLIO AFONSO BRAGA DE. Planejamento estratégico de eventos: como organizar um plano estratégico para eventos turísticos e empresas de eventos. 1.ed. São Paulo: editora atlas, 2008.
- NORDIN, Margareta. FRANKEL, Victor H. Biomecânica Básica do Sistema Musculoesquelético. Guanabara Koogan. 4ª. 2014
- NUNES, A. I. B. L.; SILVEIRA, R. N. . Psicologia da Aprendizagem - Processos, Teorias e Contextos. Fortaleza: Liber Livro, 2008. (coleção Formar).
- NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V. L. Compreendendo a ginástica artística. São Paulo: Phorte, 2004.

- NUNOMURA, Myriam. Ginástica Artística. São Paulo: Odysseus, 2008.
- OLIVEIRA, R. (org.). Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate. Campinas: Papirus, 2012.
- PAES, Roberto Rodrigues e BALBINO, Hermes Ferreira. Pedagogia do Esporte: Contextos e Perspectivas. Rio de Janeiro, 2012.
- PAIVA, Vanilda Pereira. História da educação popular no Brasil. 6ª Ed. Editora Loyola, 2003.
- PAOLIELLO, E. Ginástica geral: experiências e reflexões. São Paulo: Phorte, 2008.
- PASCHOAL V.; NAVES, A. Tratado de Nutrição Esportiva Funcional. 1. ed. São Paulo: Roca, 2014.
- PAUSEN, F.; WASCHKE, J. (Coord.). Sobotta atlas de anatomia humana: anatomia geral e sistema muscular. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. v. 1. 796:611S677
- PAUSEN, F.; WASCHKE, J. (Coord.). Sobotta atlas de anatomia humana: órgãos internos. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. v. 2. 796:611S677
- PAUSEN, F.; WASCHKE, J. (Coord.). Sobotta atlas de anatomia humana: cabeça, pescoço e neuroanatomia. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. v. 3. Contém suplemento. 796:611S677
- PEREIRA, Mauricio Gomes. Epidemiologia - teoria e prática. Guanabara, 2015.
- PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- PICARRO, Ivan da Cruz. SANTOS FILHO, Jose Laudier Antunes dos. Futebol e Futsal: Atividades, Jogos e Treinamento Para Homens e Mulheres - Fisiologia Aplicada. Phorte. 1ª. 2012.
- PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- PIMENTA, Selma G. Saberes pedagógicos e atividade docente. 8º Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

- POWERS, S. K. E HOWLEY, E. T. Fisiologia do Exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. São Paulo: 8ª Ed., Manole, 2014.
- QUINTANEIRO, Tânia e BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira (org). Um Toque de Clássicos - Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- RADICCHI, M. R. Capoeira e escola: significados da participação. São Paulo: Fontoura, 2013.
- REVERDITO, R. S., SCAGLIA, A. J. Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão. São Paulo: Phorte, 2009.
- RHEA, M. Treinamento de Força Para Crianças. Phorte. 1º. 2009
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação Brasileira. 21ª Ed. Editora Autores Associados, 2010.
- RODRIGUES FILHO, G.; PERÓN, C. M. Racismo e educação: contribuições para a implementação da Lei 10.639/03. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- RODRIGUES, D. Atividade motora adaptada: a alegria do corpo. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ROMANELLI, Otaiza De Oliveira. História da educação no Brasil. Editora Vozes, 2001.
- ROSA, A.H.; FRACETO, L.F.; MOSCHINI-CARLOS, V. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. São Paulo: Bookman Companhia, 2012.
- ROZA, A.F.C. Judô Infantil. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2010. 120p.
- RUFINO, L. G. A pedagogia das lutas: caminhos e possibilidades. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- RUFINO, L. G.; DARIDO, S. O Ensino das Lutas na Escola: possibilidades para a educação física. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. 208p.
- SABA, Fabio. Mexa-se Atividade Física, Saúde e bem-estar. Phorte Editora, 2011.
- SADI, Renato Sampaio. Pedagogia do esporte: descobrindo novos caminhos. São Paulo: Ícone, 2010
- SADLER, T. W. Langman, embriologia médica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 324 p. 796:612.64L284e
- SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem- aspectos e implicações neurolinguísticas. Barueri-Sp: Plus Editora, 2007.
- SANTINI, J. Voleibol escolar – da iniciação ao treinamento. Canoas: Ulbra, 2007.

- SANTOS, Ana L. P. dos. Manual de Mini-Handebol. Ed. Phorte. 2ª edição. São Paulo, 2014.
- SANTOS, Edmea. Mídias e Tecnologias na educação presencial e a distância. Editora Lct, 2016.
- SANTOS, S. L. Jogos de oposição: o ensino das lutas na escola. São Paulo: Phorte, 2012.
- SELBACH, Simone (superv.). Educação Física e didática. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2010. 155 p. (Coleção Como bem ensinar, coord. Celso Antunes).
- SESI SP editora. Handebol e Hoquei. 1ª edição. São Paulo, 2013.
- SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico. Cortez, 2007.
- SHONDELL, DON e REYNAUD, CECILE. A bíblia do treinador de voleibol. Ed 1ª, Artmed, 2005.
- SHUMWAY-COOK , A.; WOOLLACOTT , M. H. Controle motor : teoria e aplicações práticas. 2. ed. Barueri : Manole, 2003.
- SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. Práticas pedagógicas na escola indígena. São Paulo: Global, 2001.
- SILVA, ARACY LOPES DA.; FERREIRA, MARIANA K. Práticas pedagógicas na escola indígena. 1. Ed. São Paulo: Global, 2001.
- SILVA, I. O.; MARTINS, A. A.; SILVA, A. P. (orgs.). Infâncias do campo. São Paulo: Autêntica, 2013.
- SILVA, Marco Antonio F. da. Handebol: regras ilustradas, técnicas e táticas. São Paulo: Ediouro, 1983.
- SILVERTHORN, DeeUnglaub; PAGNUSSAT, Aline de Souza. Fisiologia Humana. 5.ed.Porto Alegre, RS: Artmed. 2010. 796:612S
- SIMÃO, R. F. J. Treinamento de Força, Qualidade de Vida e Saúde. Phorte. 2º. 2009
- MARCHETTI, P. CHARRO, M. PRESTES, J. FOSCHINI, D. Prescrição e periodização do treinamento de força em academias. 2.ed.Barueri, SP: Manole. 2016
- SOARES, C. L. Educação Física: raízes europeias e Brasil. 5.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
- SOUSA, Joseline Rodrigues de. Gramsci: Educação, Escola E Formação: Caminhos para a emancipação humana. Curitiba: Editora Appris, 2014.

- STAGER, Joel M. TANNER, David A. Natação. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2008.
- STRAZZACAPPA, M.; MORANDI, C. Entre a arte e a docência: a formação do artista da dança. Campinas: Papyrus, 2014.
- STREYER, L., TYMOCZKO, J.L.; BERG, J M. Bioquímica. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 796:577.1B493b
- TANI, G.; BENTO, J.O.; PETERSEN, R.D.S. Pedagogia do desporto. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- TITMUSS, David. Guia Prático do Basquetebol. 1.ed. Santa Catarina: Editorial Presença, 1991. 93 p.
- TORTORA, Gerard J.; NIELSEN, Mark T. Princípios de Anatomia Humana. 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
- VAN DE GRAAFF, Kent M. Anatomia humana. 6. ed. Barueri: Manole, 2003.
- VEIGA, ILMA P.; AMARAL, A. Formação de Professores: Políticas e Debates. 5.ED. CAMPINAS: PAPIRUS, 2014.
- VIEIRA, Alexandre. Atividade Física - Qualidade De Vida e Promoção de Saúde. Atheneu Editora, 2014.
- WHITING, William C. ZERNICKE, Ronald F. Biomecânica Funcional das Lesões Muscoloesqueléticas. Guanabara Koogan. 2ª. 2009
- ZATSIORSKY, Vladimir M. Biomecânica no Esporte: performance do desempenho e prevenção de lesões. Guanabara Koogan. 1ª. 2004

6. 3. 7 Periódicos, bases de dados específicas e revistas ≠

6. 3. 7. 1 Periódicos.

Atualmente, essa IES não possui assinaturas de periódicos impressos, entretanto, é possível acessar mais de uma centena de versões digitais dos principais periódicos nacionais e internacionais especializados na área. Para o funcionamento

do Curso de Licenciatura em Educação Física, cogita-se a assinatura de periódicos, impressos, relacionados à área.

Quadro 23 – Relação de periódicos

TITULOS	Nacionalidade	
	N.	E
Adapted physical activity quarterly		X
Advances in Exercise and Sports Physiology		X
AMAA Journal		X
American fitness		X
The American journal of medicine & sports		X
American journal of sports medicine		X
Analysis of gambling behavior		X
Applied physiology, nutrition, and metabolism		X
Apunts. Educació Física i Esports		X
Arquivos em Movimento	X	
Asia-Pacific Journal of Health, Sport and Physical Education		X
Asian Journal of Sports Medicine		X
Athletic training education jornal		X
Biology of Exercise		X
Brazilian Journal of Biomotricity		X
Brazilian Journal of Medical and Biological Research		X
British Journal of Sports Medicine		X
Canadian journal of applied physiology		X
Canadian journal of history of sport		X
Canadian journal of history of sport and physical education		X
Cinergis		X
Clinical biomechanics		X
Clinical exercise physiology		X
Clinical journal of sport medicine		X
Clinical kinesiology		X
Clinics in sports medicine		X
Conexões	X	
Educação em revista	X	
Educação Física em Revista	X	
Episteme: revista científica da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo	X	
Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento	X	
European journal of sport science		X
European physical education review		X
European review of aging and physical activity		X
Exercise and sport sciences reviews		X
The Exercise, sports and sports medicine standards and malpractice reporter		X
FIEP Bulletin Online		X
Fisioterapia em movimento	X	
Fitness e Performance Journal		X
Health Science		X
Human Movement		X
Human Movement Science		X
Human Physiology		X
IDEA Fitness Journal		X
Illinois Journal for Health, Physical Education, Recreation & Dance		X

International Journal of Applied Sports Sciences		X
International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity		X
International journal of health promotion and education		X
International Journal of Sport and Exercise Psychology		X
The international journal of sport and society		X
International journal of sport biomechanics		X
International Journal of Sport Management, Recreation and Tourism		X
International journal of sport nutrition		X
International journal of sport nutrition and exercise metabolism		X
International journal of sports physical therapy		X
International journal of sports physiology and performance		X
International journal of sports science & coaching		X
International Sports Journal		X
International Symposium on Biomechanics in Sports		X
Journal of aging and physical activity		X
Journal of applied biomechanics		X
Journal of applied sport psychology		X
Journal of Biomechanics		X
The Journal of Experiential Education		X
Journal of intercollegiate sport		X
Journal of Motor Behavior		X
The Journal of neuroscience		X
Journal of physical activity & health		X
Journal of Physical Education and Sport		X
Journal of physical education & recreation		X
The Journal of Physical Fitness and Sports Medicine		X
Journal of professional exercise physiology		X
Journal of Science and Medicine in Sport		X
Journal of sport and social issues		X
Journal of Sport Behavior		X
Journal of sport & exercise psychology		X
Journal of sport psychology		X
Journal of sports science and medicine		X
Journal of sports sciences		X
Journal of Strength and Conditioning Research		X
Journal of teaching in physical education		X
Journal of the International Society of Sports Nutrition		X
Kinesiology		X
Measurement in physical education and exercise science		X
Medicina Sportiva	X	
Medicine and science in sports and exercise		X
Mental Health and Physical Activity		X
Motor control		X
Motricidad		X
Motricidade	X	
Motrivivência	X	
Movement & Sport Sciences		X
Movimento	X	
Parks & Recreation		X
Performance Enhancement & Health		X
Physical Education and Sport Pedagogy		X
Physical Educator		X
Physical & Health Education Journal		X

Physical training		X
POLÊMICA : Revista Eletrônica	X	
Prevention		X
Psychology of sport and exercise		X
Revista baiana de Saúde publica	X	
Revista brasileira ciências da saúde	X	
Revista Brasileira de Biomecânica	X	
Revista brasileira de ciência e movimento	X	
Revista brasileira de ciências do esporte	X	
Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano	X	
Revista brasileira de educação física e esporte	X	
Revista Brasileira de Futsal e Futebol (RBFF)	X	
Revista Brasileira de Medicina do Esporte	X	
Revista Brasileira de Nutrição Esportiva	X	
Revista brasileira em promoção da saúde	X	
Revista Conexão da UEPG	X	
Revista Corpoconsciência	X	
Revista da UNIFEBE	X	
Revista de Cultura e Extensão USP	X	
Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte	X	
Revista paulista de educação física	X	
Revista portuguesa de ciências do desporto	X	
Revista Terapia Ocupacional da USP	X	
Science & sports		X
Sport si Societate : Revista de Educatie Fizica, Sport si Stiinte Conexa		X
Sports health		X
Sports Medicine		X
Strength and Conditioning Journal		X

6.4 LABORATÓRIOS E AMBIENTES ESPECÍFICOS PARA O CURSO ✓

Os Laboratórios do curso possibilitam aulas nos espaços de atividades práticas e têm como missão apresentar ao acadêmico um contato prático e ativo com as futuras atividades que deverá desenvolver em sua prática docente, ao mesmo tempo em que consolida os conteúdos teóricos estudados, promovendo a interdisciplinaridade e habilitando o aluno a sedimentar os conteúdos vistos em sala de aula.

Quadro 25 – Relação de Laboratórios

LABORATÓRIOS	Específico			ÁREA (M ²)	Capacidade
	FG/B	FP/E	PP/PSC		
Lab. de Fisiologia do Exercício, Biomecânica e Avaliação Física		X		44	18 ALUNOS
Lab. de Corporeidade		X		237	94 ALUNOS

LABORATÓRIOS	Específico			ÁREA (M ²)	Capacidade
	FG/B	FP/E	PP/PSC		
Lab. de Esportes de Campo		X		2435	--
Lab. de Esportes coletivos		X		825	--
Lab. de Esportes de Areia		X		395	80 ALUNOS
Lab. de Anatomia Comparativa	X				20 ALUNOS
Lab. de Histologia	X				20 ALUNOS

Legenda:

FG/B – Laboratórios para a Formação Geral/Básica – assinale com X;

FP/E – Laboratórios para a Formação Profissionalizante/específica – assinale com X;

PP/PSC - Laboratórios para a Prática Profissional e Prestação de Serviços à Comunidade – assinale com X

6. 4. 1 Infraestrutura e serviços dos laboratórios especializados ✓

Os laboratórios de anatomia comparativa e histologia estão em pleno funcionamento e são compartilhados com os Cursos Superior de bacharelado em Veterinária, o laboratório de esportes coletivo será compartilhado com os cursos técnicos oferecidos pelo Campus Sousa. Os demais laboratórios serão exclusivos do Curso de Licenciatura em Educação Física.

6. 4. 2 Adequação dos recursos materiais específicos do curso ≠

A estrutura curricular de Curso de Licenciatura em Educação Física, do campus Sousa do IFPB, fará uso de laboratórios em aproximadamente 50% das disciplinas que somam em torno de 1800 (um mil e oitocentas) horas-aula.

Para isso, o referido curso conta, atualmente, com 05 laboratórios que fará uso compartilhado com outros cursos do campus.

Com a expansão do Campus, serão instalados novos laboratórios. Neste Projeto Pedagógico está prevista a criação de mais seis laboratórios específicos para o Curso de Licenciatura em Educação Física.

6. 4. 3 Fichas dos laboratórios ✓

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m2)	m2 por estação	m2 por aluno
Lab. de Fisiologia do Exercício, Biomecânica e Avaliação Física	44	3,0	2,5
Descrição (Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)			
Ponto de rede individual para estação de trabalho, com acesso à Internet; Sistema Operacional Windows 10; Sistema de Avaliação Física Balanças; Elásticos; Cordas de Suspensão; Disco de Equilíbrios; Bolas; Discos; Paquímetro; Adpômetro; Fita Antropométrica; Plataforma de Avaliação; Equipamentos ergométricos; Cadeira Extensora/Flexora. Equipamentos para aferição da pressão arterial;			
Equipamentos (Instalados e/ou outros)			
Qtde	Especificações		
02	Computador Desktop		
04	Simetrógrafos		
02	Balanças Analógicas		
01	Balança Antropométrica Digital		
01	Estadiômetro Fixo		
06	Estadiômetros Portáteis		
03	Bolas Suíça para treinamento funcional		
01	Bola feijão para treinamento funcional		
09	Paraquedas de treinamento de velocidade		

24	Argolas de Treinamento Funcional
03	Discos de equilíbrio
04	Cordas de Suspensão
01	Sinto de Tração
01	Escada de Treinamento de Agilidade
01	Anel de Resistência
07	Kit Elástico de Treinamento Funcional
03	Rodas de Abdominais
50	Discos de Treinamento de Agilidade
20	Faixas Elásticas
08	Cordas
01	Banco de Wells
06	Paquímetros Ósseos
06	Relógios Frequencímetros portáteis
01	Flexímetro
11	Adpômetros
06	Estetoscópio
06	Esfignomamômetro
30	Fitas Antropométricas
01	Relógio Cronometro de Treinamento
10	Pranchetas
04	Armários
04	Mesas
16	Cadeiras
01	Ar condicionado
01	Cadeira Extensora/ Flexora para teste de força isométrico
01	Plataforma Multifuncional de Avaliação de Força isométrica
01	Bicicleta ergométrica de avaliação física
01	Esteira ergométrica elétrica
02	Minis Doppler
02	Doppler sonar
01	Aparelho de Bioimpedância tetrapolar

ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS

Fisiologia do Exercício, Biomecânica, Avaliação Física, Praticas Alternativas na Escola, Atividade Física Adaptada e Saúde e Treinamento desportivo.

DESCRIÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS

RESPONSÁVEL	FORMAÇÃO				CARGO/FUNÇÃO	RT
	PG	G	EM	EF		
A definir	X				Professor	DE

POLÍTICA DE USO DO LABORATÓRIO

As atividades a serem realizadas são agendadas e durante a realização das atividades pedagógicas no interior dos laboratórios, os docentes e discentes devem seguir as normas de utilização dos laboratórios, bem como as normas de



biossegurança. O docente responsável pela disciplina fica responsável pelo controle de acesso, uso e preservação dos equipamentos utilizados durante as atividades práticas.						
Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m2)		m2 por estação	m2 por aluno	
Lab. de Corporeidade		237		NSA	2,5	
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados) Aparelho de Ginástica; Brinquedos/Jogos Pedagógicos; Halteres; Equipamentos de Condicionamento Físico Geral.						
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)						
Qtde	Especificações					
40	Macas ginástica rítmica					
40	Fitas ginástica rítmica					
40	Estiletes para ginástica rítmica					
05	Minis trampolim					
10	Petecas em couro.					
03	Jogos Passa bolinhas					
03	Jogos Corridas de cavalos.					
05	Espaldares com Barra de Apoio Deficiente Físico					
02	Bancos Suecos					
40	Colchonetes					
20	Halteres					
02	Barras de Metal					
40	Bolas medicinal para ginástica rítmica.					
40	Cordas entrançada					
15	Kits Ginástica Rítmica personalizado					
03	Colchões modelo gordo					
03	Colchões modelo sarneige					
03	Colchões modelo plano inclinado (rampa)					
01	Trave Olímpica					
01	Kit para brinquedoteca					
02	Kits de estação para atividades de movimento corporal.					
45	Tatames em E.V.A. com encaixe					
ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS						
DESCRIÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS						
RESPONSÁVEL	FORMAÇÃO				CARGO/FUNÇÃO	RT
	PG	G	EM	EF		
A definir	x				Professor	DE

POLÍTICA DE USO DO LABORATÓRIO

As atividades a serem realizadas são agendadas e durante a realização das atividades pedagógicas no interior dos laboratórios, os docentes e discentes devem seguir as normas de utilização dos laboratórios. O docente responsável pela disciplina fica responsável pelo controle de acesso, uso e preservação dos equipamentos utilizados durante as atividades práticas. Os alunos poderão utilizar o laboratório desde que algum professor e/ou técnico-administrativo esteja presente.

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m2)	m2 por estação	m2 por aluno
Lab. de Esportes coletivos	825	NSA	2,5
Descrição (Instalados, e/ou outros)			
Rede Esportiva; Colchão; Aparelho de Ginástica; Aparelho para Condicionamento Físico Geral; Bola Esportiva; Barraca para Acampamento; Postes de Vôlei; Aparelhos para Atletismo; Equipamentos para rapel/alpinismo; Acessório para Mergulho; Equipamento de Tênis de Mesa; Equipamentos para esportes coletivos.			
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)			
Qtde	Especificações		
02	Rede de Vôlei		
01	Cama Elástica		
50	Bolas oficiais de futsal		
05	Barracas tipo Iglú		
02	Postes para rede de vôlei		
05	Assentos táticos, tipo cadeirinha.		
05	Fitas de Auto Segurança		
05	Freios 8 para atividades verticais		
03	Freios ATC assimétrico		
03	Freios 8 de Resgate		
10	Capacetes de segurança		
01	Polia de Base Chata rolamentada		
10	Kit de mergulho.		
02	Mesas oficiais de tênis de mesa		
10	Raquetes de Tênis de Mesa		



02	Tabelas de Basquete Móveis.
40	Bolas de Vôlei Oficial
20	Bola Oficial de handebol Feminino
20	Bola Oficial de handebol Masculino
01	Corda tipo Rapel
05	Mosquetões de Engate rápido para sistemas de elevação de cargas.
05	Descensores para cordas
10	Assentos de Alpinismo
02	Polia dupla lateral
20	Mosquetões de aço
20	Fitas anéis costuradas para auto segurança e ancoragens
03	Ascensor auto blocante para mão esquerda e mão direita
03	Ascensores ventrais
10	Bussola de orientação fluorescente para mapa.
20	Coletes para a prática esportiva
40	Bolas de Basquete
06	Redes para futsal/handebol com "véu"
500	Bolas de Tênis de Mesa

ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS

Futebol e Futsal; Meio Ambiente e Esportes de Aventura; Basquete; Vôlei; Handebol; Treinamento desportivo; Pedagogia dos Esportes Individuais; Pedagogia dos Esportes Coletivos.

DESCRIÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS

RESPONSÁVEL	FORMAÇÃO				CARGO/FUNÇÃO	RT
	PG	G	EM	EF		
A definir	x				Professor	DE

POLÍTICA DE USO DO LABORATÓRIO

As atividades a serem realizadas são agendadas e durante a realização das atividades pedagógicas no interior dos laboratórios, os docentes e discentes devem seguir as normas de utilização dos laboratórios. O docente responsável pela disciplina fica responsável pelo controle de acesso, uso e preservação dos equipamentos utilizados durante as atividades práticas. Os alunos poderão utilizar o laboratório desde que algum professor e/ou técnico-administrativo esteja presente.

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m2)	m2 por estação	m2 por aluno
Lab. de Esportes de Areia	395	NSA	2,5
Descrição (Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)			

Bolas Esportivas; Rede Esportiva; Poste de Vôlei;							
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)							
Qtde	Especificações						
15	Bola oficial para vôlei de praia						
01	Rede de vôlei						
02	Postes para rede de vôlei						
01	Kit de fita de marcação						
AREAS ACADEMICAS ATENDIDAS							
Futebol e Futsal; Vôlei; Handebol; Pedagogia dos Esportes Individuais; Pedagogia dos Esportes Coletivos.							
DESCRIÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS							
RESPONSÁVEL		FORMAÇÃO		CARGO/FUNÇÃO	RT		
		PG	G	EM	EF		
A definir		X				Professor	DE
POLÍTICA DE USO DO LABORATÓRIO							
As atividades a serem realizadas são agendadas e durante a realização das atividades pedagógicas no interior dos laboratórios, os docentes e discentes devem seguir as normas de utilização dos laboratórios. O docente responsável pela disciplina fica responsável pelo controle de acesso, uso e preservação dos equipamentos utilizados durante as atividades práticas. Os alunos poderão utilizar o laboratório desde que algum professor e/ou técnico-administrativo esteja presente.							

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m2)	m2 por estação	m2 por aluno
Laboratório de Esportes De Campo	2435	NSA	2,5
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)			
Coletes; Bolas Esportivas; Traves; Redes Esportivas; Equipamento para atletismo.			
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)			
Qtde	Especificações		
20	Coletes para a prática esportiva		
15	Bola oficial de futebol de campo		
20	Barreira de atletismo, tipo regulável com contrapeso		
05	Bombas de ar		

02	Traves para futebol de campo
04	Redes esportivas para futebol de campo
10	Kits de peso de arremesso
10	Kits de Martelos de atletismo
10	Bloco de partida universal
10	Dardo de atletismo para lançamento
01	Vara para salto em altura no atletismo.
15	Barra transversal (sarrafo) de atletismo
02	Kits área de queda de atletismo escolar para salto em altura
02	Postes de atletismo para salto em altura
10	Kit de discos de arremesso para atletismo

ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS

Atletismo; Futebol e Futsal; Treinamento Desportivo, Pedagogia dos Esportes Individuais; Pedagogia dos Esportes Coletivos.

DESCRIÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS

RESPONSÁVEL	FORMAÇÃO				CARGO/FUNÇÃO	RT
	PG	G	EM	EF		
A definir	x				Professor	DE

POLÍTICA DE USO DO LABORATÓRIO

As atividades a serem realizadas são agendadas e durante a realização das atividades pedagógicas no interior dos laboratórios, os docentes e discentes devem seguir as normas de utilização dos laboratórios. O docente responsável pela disciplina fica responsável pelo controle de acesso, uso e preservação dos equipamentos utilizados durante as atividades práticas. Os alunos poderão utilizar o laboratório desde que algum professor e/ou técnico-administrativo esteja presente.

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m2)	m2 por estação	m2 por aluno
Laboratório de Anatomia	44	3,0	2,5

Descrição (Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)

Modelos Anatômicos Sintéticos:

- ARTERIAS E VEIAS - Artéria muscular c/duas veias vizinhas da região antebraquial c/o tecido adiposo adjacente e músculos em ampliação de 14 vezes. (1 unidade)
- CRANIO CLASSICO COLORIDO (2 unidades)
- ESQUELETO COMPLETO DESARTICULADO E PINTADO (1 unidade)
- ESQUELETO COMPLETO ARTICULADO (1 unidade)
- MODELO DE OSTEOPOROSE (1 unidade)
- Crânio com musculo facial (2 unidades)
- Coluna musculada (1 unidade)
- Kit de vertebrae (1 unidade)
- Esqueleto com ligamentos articulados e suporte de metal (1 unidade)

- Estágios de hérnia de disco e degeneração das vertebrae (1 unidade)
- Sistema urinário masculino e feminino em 6 partes (1 unidade)
- Figura muscular masculina e feminina em 45 partes. Replicação do corpo humano (1 unidade)
- Boneco Vítima para Treinamento de Resgate (1 unidade).
- Desfibrilador - Marca: Cmos Drake - Modelo: Life 400 Futura (1 unidade).
- Torso Simples para RCP - Marca: Laerdal (3 unidades)
- Modelo anatômico de articulação de ombro (5 unidades)
- Modelo anatômico de articulação de quadril (5 unidades)
- Modelo anatômico de articulação de joelho (5 unidades)
- Modelo anatômico de articulação de cotovelo (5 unidades)
- Modelo Anatômico de Coluna Vertebral Flexível (1 unidade).
- Modelo anatômico representa de forma sistêmica os órgãos do aparelho respiratório, dividido em 7 partes (1 unidade).
- Modelo de coluna cervical (1 unidade).
- Modelo de coluna torácica (1 unidade).
- Modelo de coluna lombar (1 unidade).
- Modelo anatômico de Torso bissexual dividido em 24 Partes (1 unidade).
- Modelo anatômico representa de forma sistêmica os órgãos do aparelho digestório, podendo ser dividido em até 3 partes (1 unidade).
- Modelo anatômico representa vias aéreas superiores, tórax e parte dos internos (3 unidades)
- Modelo anatômico que representa de forma esquemática o sistema nervoso central e periférico(1 unidade).
- Manequim Bissexual Adulto de Enfermagem c/ Trauma e Feridas(1 unidade).
- Manequim torso para manobra de RCP com dimensões do tronco de um adulto(2 unidades)
- Modelo anatômico tridimensional ampliado 2500 vezes de um motoneurônio em atividade(1 unidade).

Equipamentos (Instalados e/ou outros)

Qtde	Especificações
------	----------------

6	Ventilador de Teto
---	--------------------

1	Ar Condicionado
---	-----------------

1	Tanque para partes moles
---	--------------------------

10	Bancadas
----	----------

20	Bancos
----	--------

2	Estantes
---	----------

1	Depósito
---	----------

1	Datashow
---	----------

1	Exaustor
---	----------

ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS

Anatomia Humana



DESCRIÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS

RESPONSÁVEL	FORMAÇÃO				CARGO/FUNÇÃO	RT
	PG	G	EM	EF		
A definir	X				Professor	DE

POLÍTICA DE USO DO LABORATÓRIO

As atividades a serem realizadas são agendadas e durante a realização das atividades pedagógicas no interior dos laboratórios, os docentes e discentes devem seguir as normas de utilização dos laboratórios, bem como as normas de biossegurança. O docente responsável pela disciplina fica responsável pelo controle de acesso, uso e preservação dos equipamentos utilizados durante as atividades práticas.

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m2)	m2 por estação	m2 por aluno
Lab. de Histologia	395	NSA	2,5

Descrição (Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)

- Conjunto de lâminas preparadas para estudo em Histologia, composição: 1. Epitélio colunar Sec 2. Epitélio ciliado Sec 3. Epitélio escamoso simples Sec 4. Epitélio Escamoso Estratificado Sec 5. Célula endotelial Sec 6. Folículo cabelo humano Sec 7. Glândula sudorípara humana Sec 8. Tecido Adiposo Sec 9. Tecido Conjuntivo Frouxo W.M. 10. Tecido Conjuntivo Denso Tendão L.S. 11. Cartilagem hialina Sec 12. Cartilagem elástica Sec 13. Osso desgastado X.S. 14. Corte osso descalcificado X.S. 15. Corte osso descalcificado L.S. 16. Tecido Capilar Vessel C.S 17. Músculo esquelético X.S 18. Músculo esquelético L.S 19. Músculo esquelético L.S e X.S 20. Músculo liso X.S 21. Músculo liso L.S 22. Músculo liso L.S e X.S 23. Músculo liso separado W.M 24. Corte de músculo cardíaco C.S 25. Corte de músculo cardíaco L.S 26. Medula Espinhal C.S 27. Medula Espinhal L.S 28. Neurônio - motor W.M 29. Terminação neurônio motor W.M 30. Feixe de Nervos X.S 31. Nervo C.S 32. Nervo L.S 33. Ganglio espinhal L.S 34. Medula Óssea Vermelha sec. 35. Linfonodo sec. 36. Glândula Tireoide Sec 37. Glândula parótida Sec 38. Glândula submandibular Sec 39. Glândula Sublingual Sec 40. Testículo but sec. 41. Língua L.S 42. Corte da Traqueia Sec 43. Esôfago C.S 44. Junção esôfago com estomago. 45. Corte da parede Gástrica Sec 46. Corte do duodeno Sec 47. Corte do jejuno Sec 48. Corte de íleo X.S 49. Colón X.S 50. Reto X.S 51. Apêndice Sec 52. Corte do Fígado Sec 53. Corte do pulmão Sec 54. Corte da vesícula biliar Sec 55. Ducto biliar Sec 56. Baço sec. 57. Corte de pâncreas Sec 58. Artéria X.S 59. Veia C.S 60. Artéria venosa C.S 61. Corte do cérebro Sec 62. Cerebelo Sec 63. Rim C.S 64. Rim L.S 65. Corte da bexiga urinária 66. Ureter C.S 67. Vesícula seminal C.S 68. Trompa de Falópio X.S 69. Ovário X.S 70. Corte do útero 71. Cervix sec. 72. Glândula mamaria humana Sec 73. Testículo do Rato Sec 74. Testículo C.S 75. Epidídimo Sec 76. Esfregaço de espermatozóides (H) 77. Pênis C.S 78. Corte de próstata 79. Células epiteliais orais 80. Complexo de Golgi. (10 unidades)

Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)						
Qtde	Especificações					
1	Ar-condicionado					
3	Bancada					
1	Estante					
20	Bancos					
1	Computador Desktop					
ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS						
Bases Biológicas da Educação Física						
DESCRIÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS						
RESPONSÁVEL	FORMAÇÃO				CARGO/FUNÇÃO	RT
	PG	G	EM	EF		
A definir	X				Professor	DE
POLÍTICA DE USO DO LABORATÓRIO						
<p>As atividades a serem realizadas são agendadas e durante a realização das atividades pedagógicas no interior dos laboratórios, os docentes e discentes devem seguir as normas de utilização dos laboratórios. O docente responsável pela disciplina fica responsável pelo controle de acesso, uso e preservação dos equipamentos utilizados durante as atividades práticas. Os alunos poderão utilizar o laboratório desde que algum professor e/ou técnico-administrativo esteja presente.</p>						

7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA ✓

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI: 2015-2019. João Pessoa: IFPB, 2014. Disponível em:
<http://www.ifpb.edu.br/institucional/pdi/PLANO_DE_DESENVOLVIMENTO_INSTITUCIONAL.pdf/view>. Acesso: 07 de outubro de 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Dec. Nº 5.296/2004

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

_____. República Federativa. *Lei 11.892, de 29/12/2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso: 12 de Agosto de 2015.

_____. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; Presidência da República .Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação e da Cultura. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura. Disponível em: <<http://abmes.org.br/abmes/public/arquivos/documentos/Referenciais-Curriculares-Nacionais-v-2010-04-29.pdf>>. Acesso: 11 agos. 2015.

_____. Parecer CNE/CES nº 138, aprovado em 03 de abril de 2002, Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física. Brasília /DF: 2002.

_____. Ministério da Educação e da Cultura. Parecer CNE/CP n. 8/2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192>.
Acesso: 03 set. 2016.

_____. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192
Acesso: 03 set. 2016.

_____. Ministério da Educação. Resolução 04/2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 03 set. 2016.

_____. Resolução nº 07/CNE/CES/2004, de 31 de março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília /DF: 2004.

_____. Instituto Federal da Paraíba. Normas Didáticas para os Cursos Superiores 2009. Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/reitoria/pro-reitorias/pre/regulamentos-didaticas/normas-superiores/at_download/file>. Acesso: 15 de agosto 2015.

_____. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>; visto: 10 out. 2016.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 4 mar. 2012.

_____. Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: . Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm. Acesso em: 4 mar. 2012.

_____. Ministério da Educação e da Cultura. *Decreto n. 5.154/2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso: 12 agosto 2015.

_____. Ministério Da Educação. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. /CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002. Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura. LEI No 10.861, de 14 de abril de 2004.

_____. Resolução nº 67, de 19 de julho de 2010. Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do IFPB. Disponível em:

<<http://www.ifpb.edu.br/institucional/regimento-geral/regimento-geral/view>>. Acesso: 24 outubro 2015.

_____. Resolução CNE nº 2, de 7 de julho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp002_97.pdf. Acesso em: 4 mar. 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Resolução nº. 139, de 02 de outubro de 2015. João Pessoa: IFPB, 2015. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prae/assuntos/acoes-inclusivas-1/Resoluon139REGULAMENTONAPNEIFPB.pdf>

_____. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>.

_____. Ministério da Educação e da Cultura. Resolução CNE/CES 11, de 11 de março de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. Disponível em:

<
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES112002.pdf>>. Acesso: 11 agos. 2015.

_____. Presidência da República. Lei Nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm Acesso em: 20 de novembro de 2015.

_____. Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes, e dá outras providências. Poder Executivo, Brasília, DF, 2008b.

_____. Lei de diretrizes e Bases da Educação n.º 12.796, de 04 de abril de 2013.

_____. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; Presidência da República .Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2012.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> visto: 10 de out. 2016.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. B823p Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : 144p.

_____. Parecer CNE/CP 027/2001, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior.

_____. Portaria Normativa Nº 3, DE 1º DE ABRIL DE 2008 Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no ano de 2008 e dá outras providências. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/port03_01abr08.pdf

_____, Portaria nº 260, de 30 de dezembro de 2010b. Normas Gerais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- PIBID. Diário Oficial da União. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-acapes/legislacao/2340-portarias>

Ofício nº 1.651/2008/SEED/MEC, em 3 de outubro de 2008. Ministério da Educação. 2008.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física escolar. Cortez, 1992.

DOU. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei nº 9.795, de 27/04/1999.

FARIAS, Norma; BUCHALLA, Cassia Maria. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas. Rev. bras. epidemiol, v. 8, n. 2, p. 187-193, 2005.

HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>

INEP - SINOPSE do Professor da Educação Básica. Publicação online. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/download/censo/2009/sinopse_estatistica_educacao_basica2009_3.zip. Acesso em: 4 mar. 2012.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 19ª edição São Paulo, Cortez, 2008.

MARINHO, Inezil Penna. História Geral da Educação Física. São Paulo: CIA Brasil Editora, 1980.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças com disquete Vol. 1. Edusp, 1994.

SANTOS, Ivone Aparecida. Educação para a diversidade: uma prática a ser construída na Educação Básica. Produção Didático-Pedagógica. Cornélio Procópio, Paraná, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf>> visto:10 out. 2016.

VASCONCELLOS, C. S. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança – por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 1998.